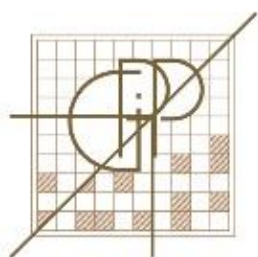
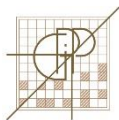


# 2.<sup>a</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros

Relatório Proposta



GIPP, Lda  
março, 2026



(página em branco)



## Coordenação Geral

Arquiteto – Jorge Guerreiro (Equipa interna – Chefe de Divisão de Urbanismo)

Engenheiro Civil – José António Lameiras (Equipa consultora – Sócio-Gerente da GIPP)

## Equipa Interna

Arquiteta – Sandra Abrunhosa (Equipa interna – Chefe de Unidade de Projetos e de Espaços Públicos)

Arquiteta Paisagista – Andreia Santos (Equipa consultora – GIPP)

Desenhador – Mário Marques (Equipa consultora – GIPP)

Engenheira Civil – Cristina Ferreira (Equipa interna – Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento)

Geógrafa – Sónia Andrade (Equipa consultora – GIPP)

Geógrafo – Martinho Augusto (Equipa consultora – GIPP)

## Período de elaboração

2022-2026

## Elementos que constituem o Plano Diretor Municipal

Regulamento

Planta de Ordenamento, desdobrada em:

- Classificação e Qualificação do Solo
- Património
- Salvaguardas

Planta de Condicionantes, desdobrada em:

- Geral
- Reserva Ecológica Nacional
- Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança
- Redes de Defesa

Relatório ambiental

Relatório do património arqueológico

Programa de execução e plano de financiamento, com a fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000

Planta de enquadramento regional

Planta de situação existente

Planta da Estrutura Ecológica Municipal

Plantas e relatório com a indicação dos compromissos urbanísticos

Ficha de dados estatísticos (*informação será remetida após discussão pública*)

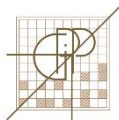
Carta Educativa

Estratégia Local de Habitação

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios

Participações recebidas em sede de discussão pública e relatório de ponderação (*informação será remetida após discussão pública*)

**ÍNDICE**

1. ENQUADRAMENTO .....	7
1.1. Procedimental .....	7
1.2. Programático .....	8
1.3. Compatibilização com outros instrumentos de gestão territorial .....	8
1.4. Regional .....	11
2. MOT .....	13
2.1. Visão .....	13
2.2. Modelo .....	13
3. CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO .....	16
3.1. Conceitos .....	16
3.2. Qualificação funcional .....	26
3.3. Qualificação operativa .....	27
4. SALVAGUARDAS .....	29
4.1. EEM .....	29
4.1.1. Conceito .....	29
4.1.2. Integrações e Considerações .....	30
4.1.3. Metodologia Geral .....	32
4.1.4. EEF .....	34
4.1.5. EEUS .....	38
4.1.6. EEC .....	44
4.2. Riscos .....	44
5. PATRIMÓNIO .....	46
5.1. Arqueológico .....	46
5.2. Arquitetónico .....	46
5.3. Geológico .....	47
6. ZONAMENTO ACÚSTICO .....	48
7. EQUIPAMENTOS .....	49
8. INFRAESTRUTURAS .....	50
8.1. Transporte .....	50
8.2. Abastecimento de água e drenagem de águas residuais .....	53
8.3. Distribuição de energia elétrica .....	58
9. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS .....	59
10. REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO .....	62
10.1. Contextualização .....	62
10.2. Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística .....	63
10.3. Redistribuição de benefícios e encargos .....	64
10.4. Mecanismos de execução .....	66
11. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO .....	69
12. INTENÇÕES REGULAMENTARES .....	72
13. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA .....	76
13.1. Recursos naturais .....	77
13.1.1. Recursos hídricos .....	77
13.1.2. Recursos geológicos .....	78
13.1.3. Recursos agrícolas e florestais .....	79
13.1.4. Recursos ecológicos .....	85
13.2. Património cultural classificado .....	86
13.3. Infraestruturas .....	87
13.4. Atividades Perigosas .....	90
13.5. Proteção contra Incêndios Rurais e Gestão do Fogo Rural .....	91

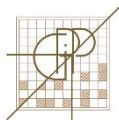


## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: MOT .....	15
Figura 2: Espaço agrícola.....	18
Figura 3: Espaço florestal .....	19
Figura 4: Espaço natural e paisagístico .....	20
Figura 5: Recursos hídricos .....	21
Figura 6: Equipamentos estruturantes.....	22
Figura 7: Áreas a infraestruturar .....	24
Figura 8: Áreas a consolidar.....	25
Figura 9: Áreas a estruturar.....	26
Figura 8: ERPVAC do PROT-N com destaque para o concelho .....	30
Figura 11: Estrutura Ecológica Fundamental .....	34
Figura 12: Estrutura Ecológica Urbana e Sociocultural .....	38
Figura 13: Estrutura Ecológica Complementar .....	44
Figura 14: Novas dinâmicas de planeamento e de infraestruturas de transporte a introduzir na Cidade de Macedo de Cavaleiros .....	51
Figura 15: Confronto entre o regime florestal e o solo urbano .....	85

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território vs PDMMC .	9
Tabela 2: Síntese das áreas da PO – Classificação e Qualificação do Solo.....	27
Tabela 3: Características da Rede Rodoviária .....	53
Tabela 4: Capacidade de carga da infraestrutura de abastecimento de água .....	54
Tabela 5: Capacidade de carga da infraestrutura de drenagem de águas residuais	54
Tabela 6: Capacidade de carga por sistema de saneamento por motivos de execução das áreas de execução programada .....	56
Tabela 7: Adoção de medidas relacionadas com as Alterações Climáticas.....	60
Tabela 8: Indicadores macro .....	69
Tabela 9: Indicadores específicos .....	70
Tabela 10: Orientação para a elaboração de unidades de execução.....	74
Tabela 11: Áreas a excluir do aproveitamento hidroagrícola, constantes na PO – Salvaguardas .....	80



## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

% – Percentagem

Art. – Artigo

DL – Decreto-lei

DR – Decreto Regulamentar

EE – Estrutura Ecológica

EEC – Estrutura Ecológica Complementar

EEF – Estrutura Ecológica Fundamental

EEM – Estrutura Ecológica Municipal

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

Lei de Bases de 2014 – Lei de Bases Gerais da Política Pública dos Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo (lei n.º 31/2014, de 30 de maio)

MMC – Município de Macedo de Cavaleiros

MOT – Modelo de organização territorial

n.º – Número

PC – Planta de Condicionantes

PDMMC – Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros

PO – Planta de Ordenamento

PROF-TMAD – Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

REN – Reserva Ecológica Nacional

RJ – Regime Jurídico

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual)

RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (DL n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual)

ZEC – Zona Especial de Conservação

ZPE – Zona de Proteção Especial



## 1. ENQUADRAMENTO

### 1.1. Procedimental

O desenvolvimento do atual relatório define a proposta de implementação do PDMMC. Para tanto, a interpretação das conjunturas territoriais, evidenciadas no Relatório de Caracterização e Diagnóstico, e a definição da estratégia territorial no Relatório de Estratégia permitiram estruturar o PDMMC.

Nesse sentido, e para dar cumprimento ao exposto no Relatório Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos, nas referências estratégicas nele definidas, teve-se em conta os seguintes termos de referência:

- Adaptar o PDMMC ao novo quadro legislativo dos instrumentos de gestão territorial, designadamente a LBGPPSOTU, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e do RJIGT, publicado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio;
- Ajustar o Plano à atual conjuntura económico-social, considerando ainda os seus níveis de execução, e ajustando-o à evolução da dinâmica demográfica, socioeconómica e urbanística;
- Promover a sustentabilidade ambiental e económico-financeira do território, assente na valorização do capital natural, no reforço da cooperação rural-urbana, na otimização das infraestruturas ambientais e de conectividade e, por fim, no reforço da cooperação intersectorial e multinível;
- Dar resposta ao desafio das Alterações Climáticas através das medidas a ser definidas no seguimento do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Quente Transmontana;
- Atualizar e iniciar o desenvolvimento de planos/programas municipais estratégicos, como a Carta Educativa e a Carta Municipal da Habitação;
- Promover uma participação cidadã ativa, visando a adoção de uma metodologia claramente mais participativa e continuada ao longo do processo de elaboração do plano;
- Ultrapassar dificuldades na gestão urbanística operativa, observadas durante a implementação do Plano.

Esta revisão procurou assim dar cumprimento à estratégia delineada e discriminada nos seguintes conteúdos documentais:

- Enquadramento regional
- Situação existente
- PO e respetivos desdobramentos
- PC e respetivos desdobramentos
- Regulamento
- Infraestruturas
- Compromissos urbanísticos
- EEM.



## **1.2. Programático**

A atual conjuntura do planeamento do território português encontra-se numa fase de alterações jurídicas, mas também estruturais, tal como é o caso do envelhecimento, do desequilíbrio entre territórios, das alterações climáticas ou da habitação.

Neste sentido, procura-se impulsionar e motivar um «novo» futuro, assente no apoio financeiro, técnico e operacional, sendo de referir, a/o:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- Portugal 2030 e Norte 2030
- Programa de Recuperação e Resiliência
- Plano Nacional Energia e Clima 2030
- Plano Nacional da Água
- Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
- Programa Nacional para a Coesão Territorial
- Programa Nacional de Investimentos 2030
- Plano Rodoviário Nacional
- Nova Geração de Políticas de Habitação
- Estratégia de Turismo 2027
- Plano Setorial da Rede Natura 2000
- Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Plano de Gestão da Rede Hidrográfica do Douro (RH3)

## **1.3. Compatibilização com outros instrumentos de gestão territorial**

- Como ponto prévio, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo foi revogado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2026, de 10 de março.

### ***PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO*** (Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro)

A existência de um IGT que orienta o ordenamento do território do País permite clarificar a posição do MMC na estratégia nacional. Nela reconhece-se que o município: 1) pertence parcialmente a uma área de montanha e com áreas protegidas e Rede Natura 2000, sendo de salientar o Geoparque Mundial da UNESCO; 2) um perfil social de envelhecimento, desemprego e dependência num contexto de declínio demográfico; e um perfil económico agrícola, agroalimentar, comércio e serviços; 3) uma relação de conectividade física com o Corredor Internacional Nacional e ecológica com a Rede Natura 2000; e, por fim, 4) uma necessidade de maior preocupação





com vulnerabilidades críticas, entre as quais a desertificação do solo, a ocupação de solo agrícola em mais de 40% do seu território e uma perigosidade elevada de incêndio rural.

Todos esses desígnios foram acautelados no PDMMC na sua dimensão funcional e operativa da política de solos.

**Tabela 1: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território vs PDMMC**

<b><i>O que sugere o PNPOT para o MMC?</i></b>	<b><i>Como responde o PDMMC nos seus objetivos?</i></b>	<b><i>Como responde o PDMMC na sua execução?</i></b>
Área de montanha e com áreas protegidas e Rede Natura 2000, sendo de salientar o Geoparque Mundial da UNESCO	- Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural e cultural enquanto ativo turístico	- Ampliando a área afeta à RAN - Garantindo a continuidade e salvaguarda dos habitats no espaço natural e paisagísticos e na EEM - Introduzindo normativa que minimize o impacto da atividade agrícola no solo - Incentivando a soluções ambientais e urbanísticas que atenuem as alterações climáticas - Inventariando o património geológico e promovendo a sua divulgação e preservação - Evitando sobreposições do solo urbano, aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa em perigosidade de incêndio rural em classe alta e muito alta
Uma necessidade de maior preocupação com vulnerabilidades críticas, entre as quais a desertificação do solo, a ocupação de solo agrícola em mais de 40% do seu território e uma perigosidade elevada de incêndio rural		
Um perfil social de envelhecimento, desemprego e dependência num contexto de declínio demográfico; e um perfil económico agrícola, agroalimentar, comércio e serviços	- Atração de atividades económicas e residentes, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais, bem como a rentabilização da área de acolhimento empresarial e atividade agrícola associada à castanha e à olivícola  - Manutenção da qualidade de vida dos que residem e visitam o território, fomentando uma ocupação do território em baixa densidade	- Disponibiliza solo consolidado e programado para fins económicos - Introduz uma dinâmica turística, aproveitando os investimentos realizados recentemente no território - A execução das áreas programadas motiva o desenvolvimento de equipamentos e infraestruturas que favoreçam e colmatem carências dos aglomerados - Garantindo que a nível regulamentar os equipamentos dão resposta às políticas sociais - Fomentando que os empreendimentos turísticos são possíveis de desenvolver, reforçando assim uma política de turismo - Agiliza a edificabilidade em solo rústico para atividades relacionadas com os diferentes usos admissíveis nesta classe de espaço
Uma relação de conectividade física com o Corredor Internacional Nacional e ecológica com a Rede Natura 2000	- Adotar uma política de mobilidade mais conectada e partilhada - Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural e cultural enquanto ativo turístico	- Relaciona investimentos recentes e futuros nos diferentes tipos de mobilidade - Estabelece uma nova dinâmica de mobilidade para a Cidade de Macedo de Cavaleiros - Incentiva a mobilidade suave, através da EEM e a componente turística que o PDMMC agora introduz - Articula o PDMMC ao definido pela Rede Natura 2000 - Assume na classificação e qualificação do solo as prioridades de localização das atividades empresariais, mediante a rede rodoviária fundamental, e as prioridades de salvaguarda ambiental e paisagística, mediante os <i>habitats</i>

Fonte: Elaboração própria



*PLANO NACIONAL DA ÁGUA* (DL n.º 76/2016, de 9 de novembro)

O presente IGT não estabelece uma vinculação direta ao PDMMC, não contendo remissões expressas para os planos territoriais. Todavia, a sua incidência material concretiza-se de forma indireta, através da articulação com IGT setoriais, como é o caso do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3), aplicável ao território do MMC.

*PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL* (DL n.º 222/98, de 17 de julho, na sua redação atual)

O presente IGT não tem impacto na classificação e qualificação do solo, estando delimitada na presente Revisão do PDMMC a rede rodoviária nacional na PC – Geral.

*PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL* (RCM n.º 77/2025, de 16 de abril)

O presente IGT não tem impacto na classificação e qualificação do solo, mas reconhece no território do MMC a possibilidade de desenvolvimento da Linha de Trás-os-Montes, garantindo-a em serviço Intercidades e conectando a Bragança, à Área Metropolitana do Porto e à Espanha, bem como ao resto da Europa. A fase de execução do preconizado por este IGT constituirá um momento-chave para a revisão da estratégia territorial definida na presente PDMMC.

*REDE NATURA 2000* (RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho)

O PDMMC é acompanhado por um Relatório de Conformidade, no qual se demonstra que o procedimento de classificação do solo e o regime normativo municipal integram as orientações decorrentes do presente instrumento. Adicionalmente, a sua incidência material manifesta-se de forma mais expressiva nas disposições regulamentares do plano, encontrando-se consagrada no art. 24.º do Regulamento do PDMMC.



***PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO*** (Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro, na sua redação atual)

A classificação do solo não tem interferência do presente IGT, mas a qualificação do solo sim. Particularmente, na categoria de espaço florestais e na sua subcategorização, seguindo os princípios estabelecidos por este instrumento. Cumulativamente, este IGT tem maior impacto nas disposições regulamentares do PDMMC, tendo, inclusive, um anexo dedicado (ANEXO IV do Regulamento).

***PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO (RH3)*** (RCM n.º 62/2024, de 3 de abril)

A classificação e a qualificação do solo perante o presente IGT não têm impacto, atendendo ao facto de ser um instrumento que valoriza os recursos hídricos e, por isso, tem uma componente de execução, que para o MMC não preconiza investimentos.

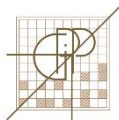
#### **1.4. Regional**

**NOTA: RECOMENDA-SE A CONSULTA DA PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL**

**NOTA: RECOMENDA-SE A CONSULTA DA PLANTA DE SITUAÇÃO EXISTENTE**

Macedo de Cavaleiros localiza-se na Região Norte, mais concretamente na conjuntura sub-regional das Terras de Trás-os-Montes, e tem um conjunto de valores de elevada importância paisagística e agrícola, sobressaindo-se a Serras de Bornes e a de Nogueira, bem como as albufeiras do Azibo e do Baixo Sabor. Neste território destaca-se ainda o GEOPARK Terras de Cavaleiros, classificado pela UNESCO. Tal reconhecimento, exige a sua valorização numa perspetiva de planeamento.

No que respeita às acessibilidades, Macedo de Cavaleiros é considerado a “rótula” de Trás-os-Montes, tendo ligações ao litoral e à Espanha pelo IP4/A4, mas também para o Centro e Sul do País, através do IP2, estando por isso garantida uma distinta conectividade física regional.



Pese embora, a sua inserção paisagística e geográfica conferirem centralidade em vários domínios, como a agricultura ou o turismo, existe um processo de despovoamento, acompanhado por um PIB *per capita* baixo, que importa minimizar e contrariar. Isto com o sentido de tornar o território atrativo à vinda de novos fluxos demográficos e resiliente a um futuro cada vez mais incerto.



## 2. MOT

### 2.1. Visão

Num futuro próximo procura-se que Macedo de Cavaleiros seja um território resiliente e coeso nas Terras de Trás-os-Montes.

Para isso, urge criar condições necessárias para a/o:

- *Manutenção da qualidade de vida dos que residem e visitam o território, fomentando uma ocupação do território em baixa densidade;*
- *Atração de atividades económicas e residentes, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais, bem como a rentabilização da área de acolhimento empresarial e atividade agrícola associada à castanha e à olivícola;*
- *Adoção de uma política de mobilidade mais conectada e partilhada;*
- *Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural e cultural enquanto ativo turístico;*
- *Contenção da expansão urbana, promovendo uma política de colmatação urbana e de racionalização das infraestruturas existentes;*
- *Adoção de uma postura colaborativa e de governança territorial com os diversos agentes.*

### 2.2. Modelo

Em função dos objetivos definidos para a 2.ª Revisão do PDMMC, será dividido o território em sistemas, à semelhança do definido no Programa da Ação do Programa Nacional da Política Ordenamento do Território, onde se promove o desenvolvimento do modelo de organização territorial (MOT).

Para tanto, desenvolveram-se cinco sistemas territoriais fundamentais: o Urbano, o Natural, o Económico, o de Conectividade e o Social, sendo os primeiros quatro: temáticos; e o quinto: transversal ao MOT.

- **Sistema Urbano:** procura-se que seja organizado em função de um centro urbano estruturante na oferta de funções urbanas e garantes das relações de proximidade e da prestação de serviços de escala local e sub-regional, tal como é o caso de Macedo de Cavaleiros; dos aglomerados urbanos



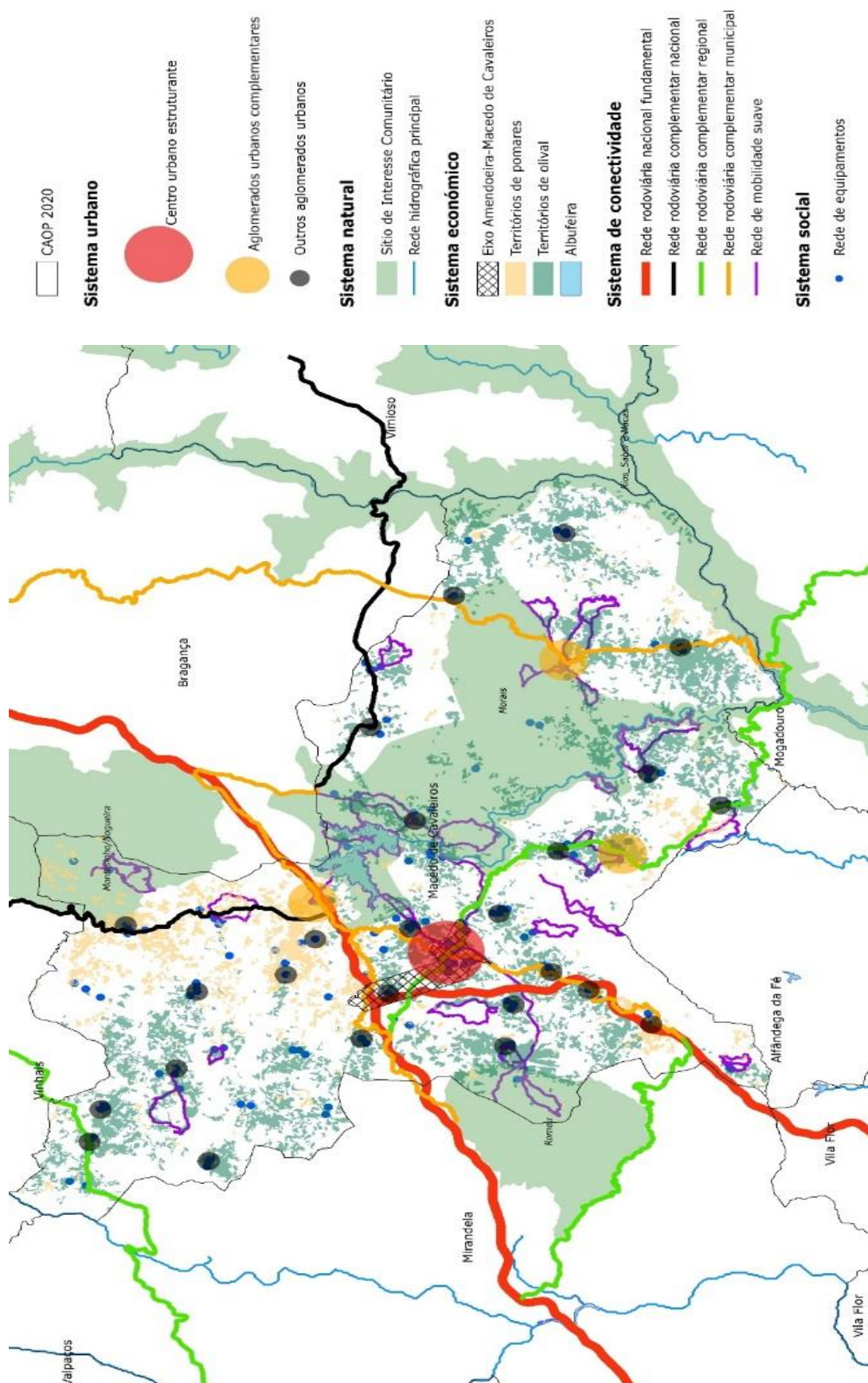
complementares, como Morais, Chacim e Podence; e dos outros aglomerados urbanos, como é o caso das sedes de freguesia.

- **Sistema Natural:** fomenta-se o capital natural, tal como é o caso das veigas agrícolas e dos espaços de uso múltiplo, bem como a salvaguarda da paisagem e dos serviços de ecossistemas indispensáveis à biodiversidade, tendo especial destaque: a Albufeira do Azibo, a Serra de Bornes, a Serra de Nogueira, os recursos hídricos (Sabor e Maçãs) e, por fim, a Reserva da Biosfera da Meseta Ibérica.
- **Sistema Económico:** assume-se o facto do município inserir-se num contexto geoeconómico com potencial de crescimento, designadamente: o Eixo Amendoeira-Macedo de Cavaleiros e o turismo em espaço rural. Contudo, a necessidade de potenciar as alternativas motiva, principalmente, a valorização os recursos endógenos do município, como a atividade agrícola, com destaque para a olivicultura e a castanha.
- **Sistema de Conetividade:** valorizam-se as infraestruturas existentes, tendo em conta que facilitam o relacionamento entre aglomerados, o centro de oportunidade da Área Metropolitana do Porto e o sistema urbano ibérico, através da IP4/A4. É de referir ainda a importância da rede viária local (estruturada a partir da antiga EN15) e da rede de mobilidade suave (assente em ciclovias de lazer e em percursos pedestres na Rede Natura 2000).
- **Sistema Social:** promove-se uma política de investimento associada ao envelhecimento e à atração da população, ao nível da empregabilidade e da qualidade de vida. Além disso, procura-se minimizar os índices de vulnerabilidade social, associados sobretudo aos baixos rendimentos e ao envelhecimento. Desta forma, procura-se acautelar as necessidades de cada nível etário e, para tanto, o sistema urbano, o natural, o económico e o de conectividade têm especial influência na concretização do sucesso do presente sistema.

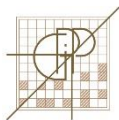
Desta forma, apresenta-se o MOT definido, agrupando as intenções enunciadas nos sistemas territoriais anteriormente caracterizados.



**Figura 1: MOT**



Fonte: Elaboração própria



### 3. CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

#### 3.1. Conceitos

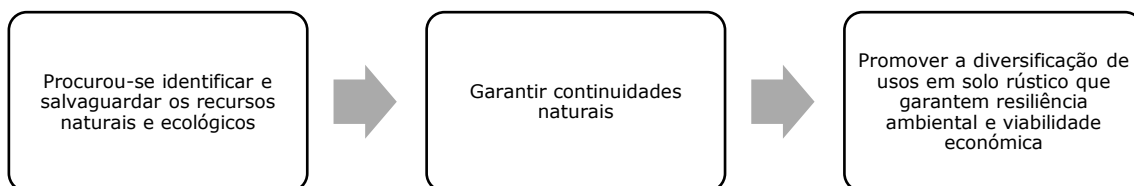
As regras de classificação e qualificação do solo estão definidas no RJGT e no DR n.º 15/2015, de 19 de agosto, sendo este último quem define as categorias do solo rústico e urbano. Nele, no art. 5.º define-se:

- *A classificação do solo traduz uma opção de planeamento territorial que determina o destino básico do solo, assentando na distinção fundamental entre a classe de solo rústico e a classe de solo urbano.*

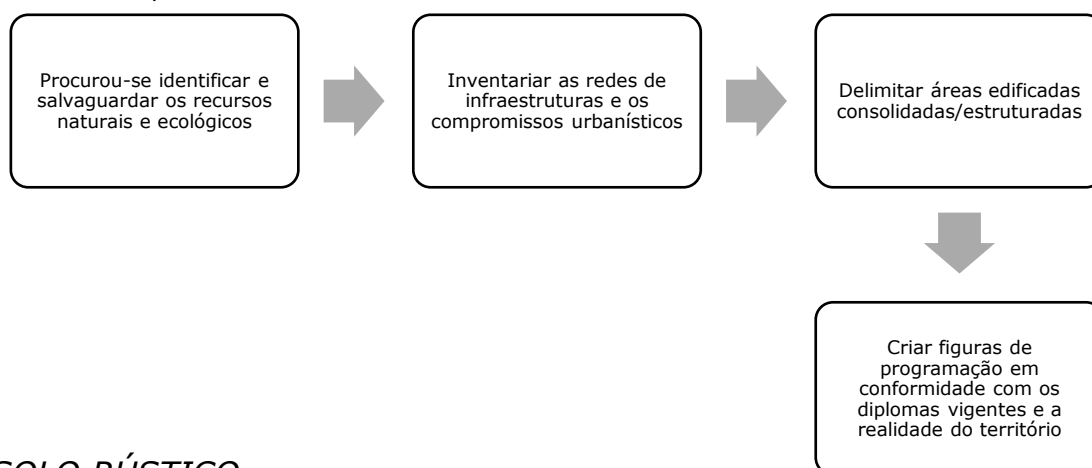
Assim, a abordagem da atual Revisão do PDMMC teve a intenção de:

- Criar condições de atratividade de pessoas e agentes económicos, através do princípio de colmatção dos perímetros edificados/edificáveis e da execução de áreas programadas que o MMC disponibiliza e colabora na sua execução;
- Delimitar um espaço agrícola e espaço florestal de uso múltiplo em continuidade e que evidencie a importância do setor agro-florestal concelhio;
- Potenciar as mais-valias geradas pelas albufeiras do Azibo e do Baixo Sabor.

Em síntese, no solo rústico:



Em síntese, no solo urbano:



#### SOLO RÚSTICO

Por categorias de espaço, passa-se a descrever a metodologia adotada para classificar o solo como rústico. As categorias ou subcategorias de espaço





presentes no DR n.º 15/2015 e que não são descritas a seguir, não foram tidas como opção, por não se enquadrarem no MOT pretendido.

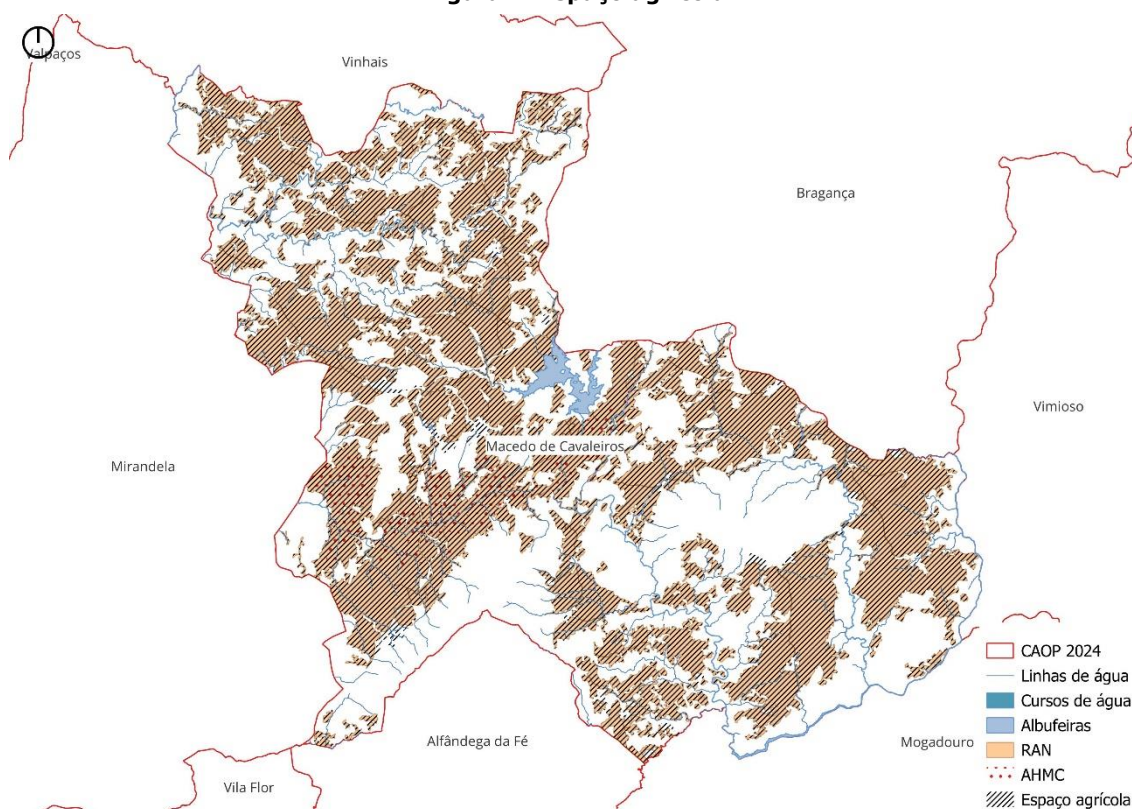
No tocante ao **aglomerado rural**:

- Foram inventariados aqueles que apresentam um valor patrimonial relevante;
- Níveis de baixa densidade populacional;
- Cujas dinâmicas económicas, assenta em valores ambientais, na valorização agrícola e produção florestais.

A infraestruturação pública não foi critério para a delimitação dos aglomerados rurais. Assinale-se, contudo, que é indispensável que os critérios para o destaque de parcelas seja idêntico ao estabelecido para o solo urbano, pois corre-se o risco de não ser possível “densificar” os aglomerados rurais pelo preenchimento dos espaços livres ou vazios, o que pode contribuir para a procura de áreas para construção em espaço agrícola ou florestal.

No tocante às **áreas de edificação dispersa**, foram considerados os espaços em que a edificabilidade, geralmente, é pós-1950, e tendencialmente de expansão recente dos aglomerados rurais tradicionais, tendo como intenção a contenção da edificação. Estas expansões, por vezes, correspondem a ocupações lineares que se desenvolvem no prolongamento dos aglomerados primitivos ou que surgiram de forma isolada no território, sendo intenção conter o processo de urbanização e edificação.

No tocante ao **espaço agrícola**, considerou-se como tal a área global da RAN e teve-se em atenção a continuidade deste espaço com o sistema hídrico.

**Figura 2: Espaço agrícola**

Fonte: Elaboração própria

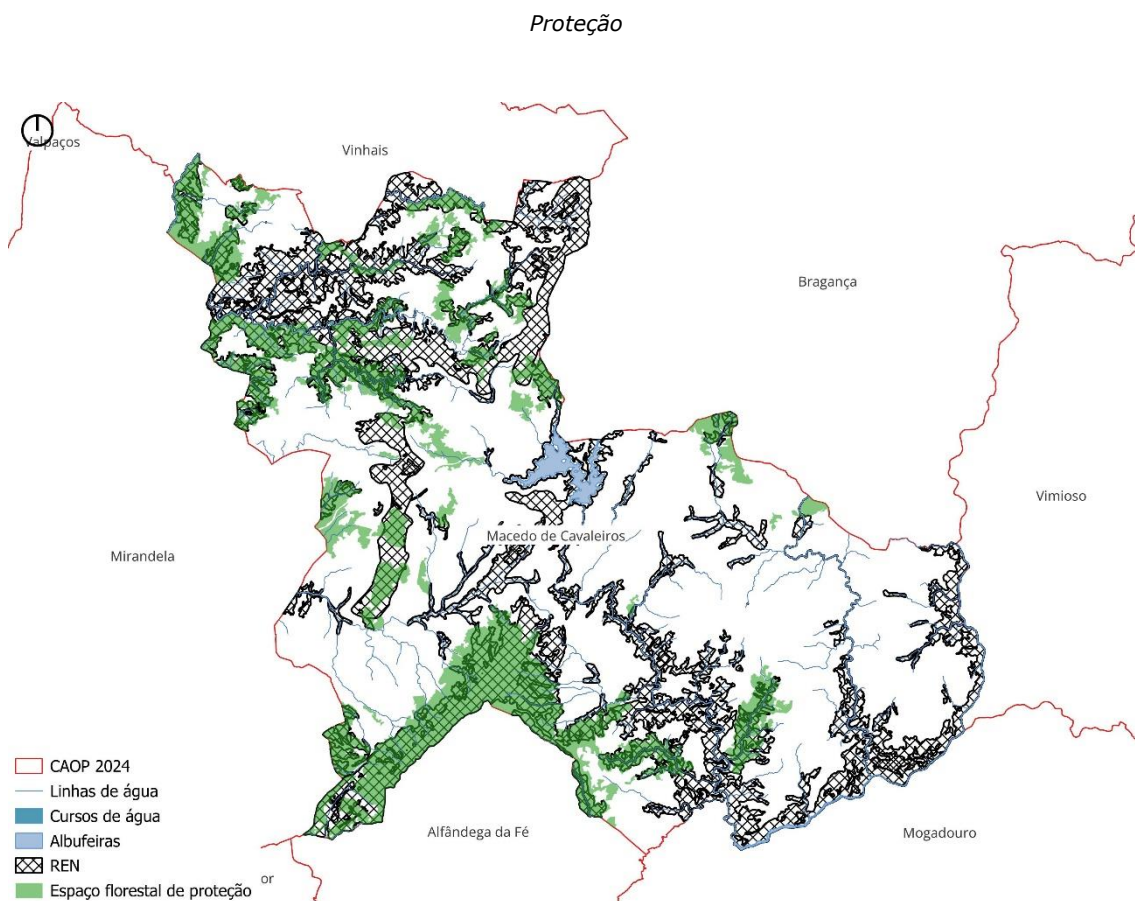
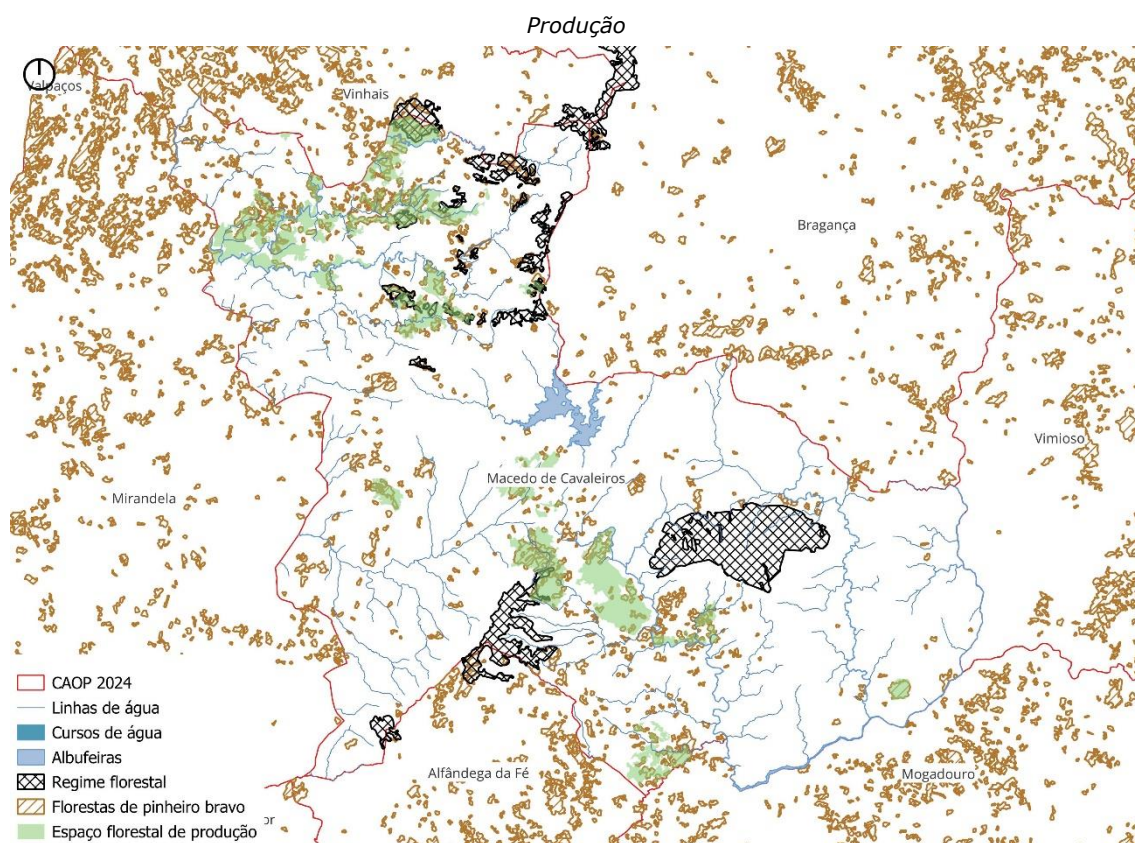
No tocante ao **espaço florestal**, com base na Carta de Ocupação do Solo de 2018, no regime florestal, bem como na REN e na Rede Natura 2000, procedeu-se à definição do ordenamento florestal do MMC.

Identificaram-se os territórios florestais, privilegiando espécies dominantes, como é o caso do pinheiro-bravo, o carvalho, o sobreiro e a azinheira. E a partir deste pressuposto foram definidas subcategorias, através das funções previstas pelo PROF-TMAD.

Assumindo como referência: 1) os habitats da Rede Natura 2000 foi possível delimitar os espaços florestais de conservação; 2) a REN e a Rede Natura 2000 sem habitats para os espaços florestais de proteção; 3) o regime florestal e os povoamentos de pinheiros-bravos nos espaços florestais de produção, quando não sobrepostos com os habitats; 4) a complementaridade agrícola nos espaços florestais mistos de uso silvícola com agrícola; 5) e, por fim, os geosítios com expressão territorial e sítios com panorâmica sobre o território nos espaços florestais de recreio e valorização da paisagem.

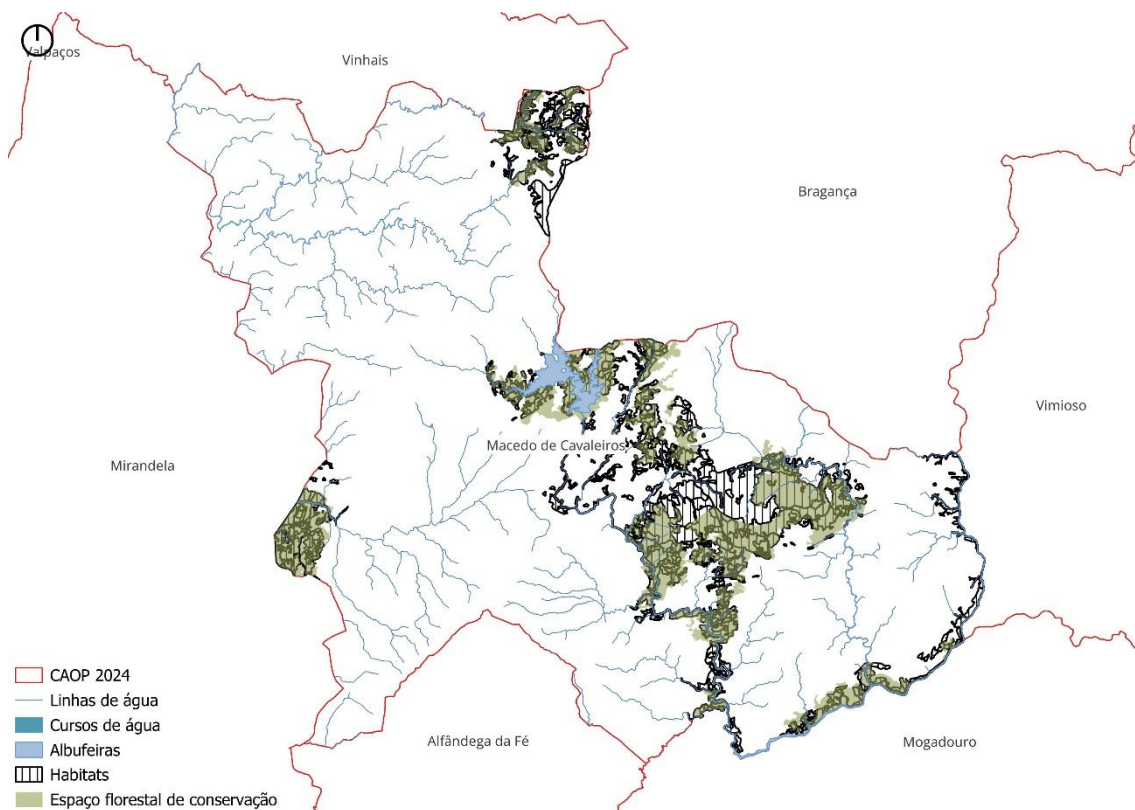


**Figura 3: Espaço florestal**





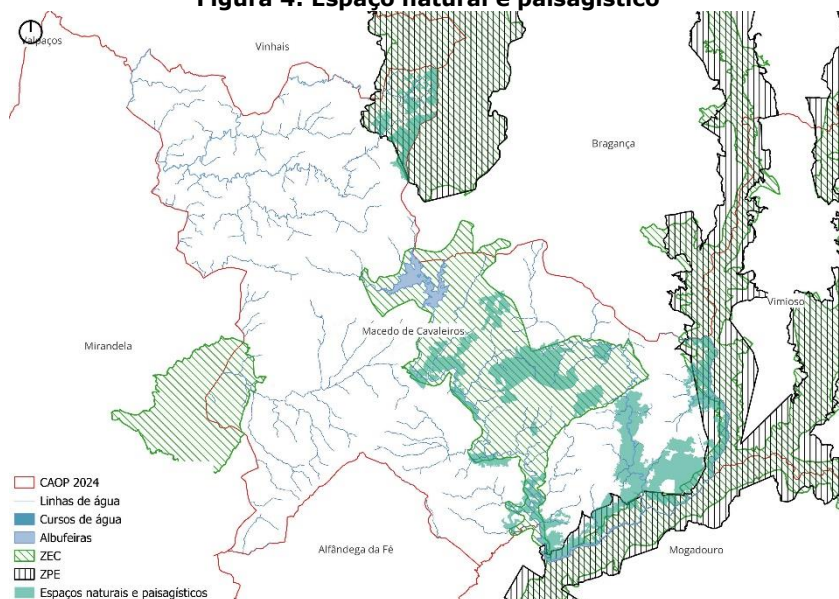
### Conservação



Fonte: Elaboração própria

No tocante ao **espaço natural e paisagístico**, assumiu-se os vales dos Rio Azibo, Ribeira de Vale Moinhos e Rio Sabor, bem como os sítios da Rede Natura 2000 com vegetação esparsa e relevo paisagístico, como os maiores valores ecológico, natural e paisagístico do MMC.

**Figura 4: Espaço natural e paisagístico**



Fonte: Elaboração própria

No tocante aos **espaços de infraestruturas rodoviárias, de exploração de recursos geológicos e culturais**, identificaram-se as áreas existentes com maior ocupação do solo para o fim referido.

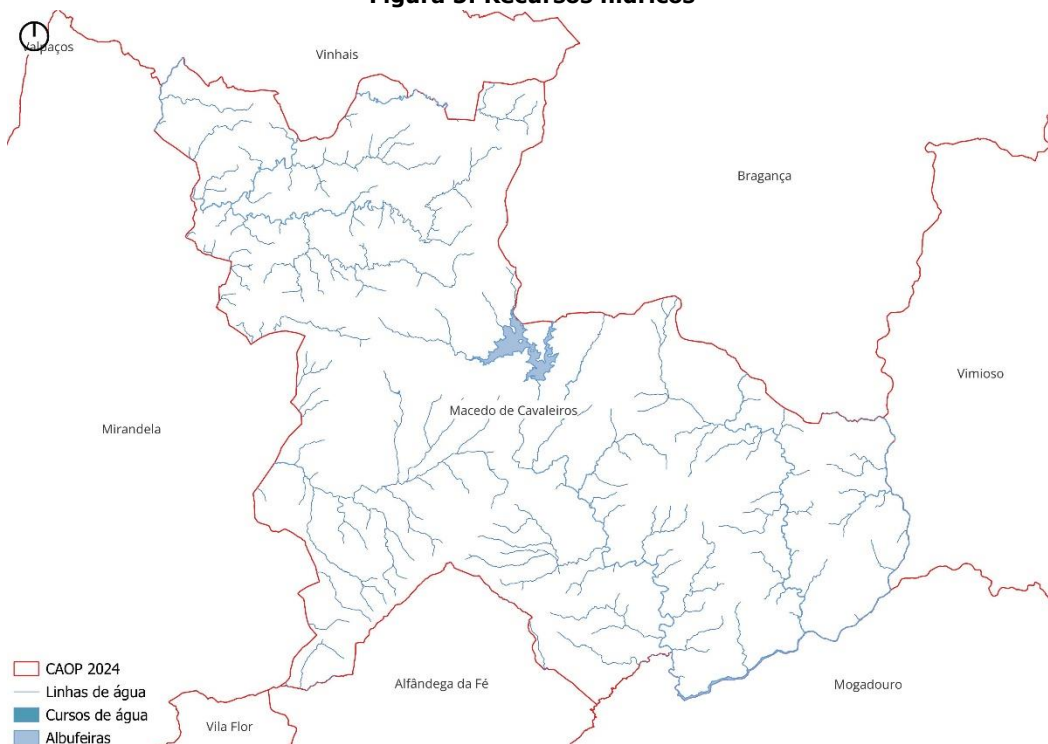
No tocante ao **espaço de ocupação turística**, foram considerados os empreendimentos turísticos existentes e propostos compatíveis com o solo rústico. Esta opção permite assim dar visibilidade a uma opção do MOT de fomentar uma política de turismo e que seja alavanca para a diversificação económica num contexto de baixas densidades.

### SOLO URBANO

Por etapas, descreve-se a metodologia adotada para classificar o solo como urbano.

- a) A delimitação do **solo urbano consolidado** procurou englobar malhas definidas, infraestruturadas e/ou edificadas pelo menos em parte, apresentando níveis de densificação ocupacional do território que lhe conferem uma morfologia urbana identificável. Assim, para a sua delimitação optou-se por:
  - i) Identificar os cursos de água/vales com caráter preponderante na estruturação do território. *Os cursos de água são preponderantes nos assentamentos humanos e fornecem indicações importantes quanto ao sistema urbano e atividades económicas, constituindo a principal estrutura do território.*

**Figura 5: Recursos hídricos**

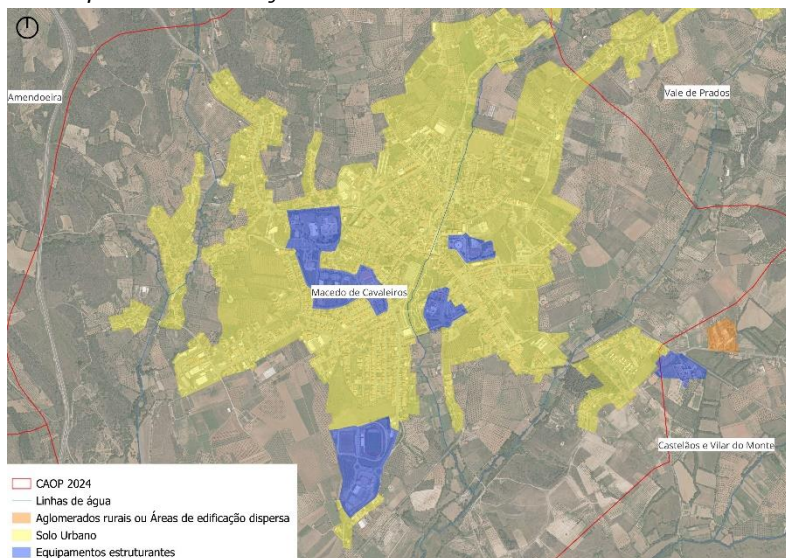


Fonte: Elaboração própria

- ii Identificar e eliminar os edifícios com área de implantação inferior a 40 m<sup>2</sup>. *Trata-se de retirar da delimitação das áreas edificadas passíveis de integrar o solo urbano aquelas que pela sua dimensão correspondem a pequenos edifícios ou instalações de apoio às atividades em solo rústico ou a anexos urbanos.*
- iii Delimitar os buffers ao eixo das vias infraestruturadas com redes públicas (abastecimento de água e saneamento, em simultâneo):
  - 120 a 150 metros de largura no caso de áreas de armazenagem ou industriais;
  - 40 a 50 metros de largura para as áreas habitacionais.*Dá-se assim cumprimento ao definido na alínea c) do n.º 3 do art. 7.º do DR n.º 15/2015, em que no solo urbano existem infraestruturas de abastecimento e drenagem, resumindo a comprovação destas às de abastecimento de água e saneamento, partindo-se do princípio que as redes de distribuição de energia e de telecomunicações cobrem todos os aglomerados do território nacional e que o transporte a pedido é também universal. A diferença entre as larguras das faixas consideradas deve-se às características das edificações e lotes ou parcelas correspondentes, permitindo integrá-los em solo urbano.*
- iv Delimitar os buffers aos edifícios existentes:
  - 60 metros a edifícios de armazenagem ou industriais;
  - 25 metros aos restantes.
- v Eliminar os vazios correspondentes a equipamentos urbanos e a verdes públicos. *Designam-se aqui como vazios por ou não terem edificações, caso dos verdes públicos, ou a sua dimensão, configuração e edificação ser muito variável em relação aos arruamentos confrontantes e não serem na sua totalidade abrangidos pelos buffers descritos anteriormente.*
- vi Considerar os compromissos urbanísticos do RJUE/Lei de Bases de 2014:
  - áreas de loteamento
  - alvarás de construção
  - pedidos de informação prévia
  - contratos de concessão de serviços (por exemplo, infraestruturas)
  - contratos de financiamento público (por exemplo, habitação)
  - contratos de urbanização (à luz do RJIGT – art. 81.º e do RJUE – art. 55.º)*Trata-se de incorporar no solo urbano as áreas já “classificadas” como tal por força dos compromissos legais e válidos existentes.*
- vii Identificar os equipamentos estruturantes. *Pretende-se evidenciar as funções públicas disponíveis de apoio aos assentamentos urbanos e atividades económicas com impacto na definição do sistema urbano.*

**Figura 6: Equipamentos estruturantes**

Fonte: Elaboração própria





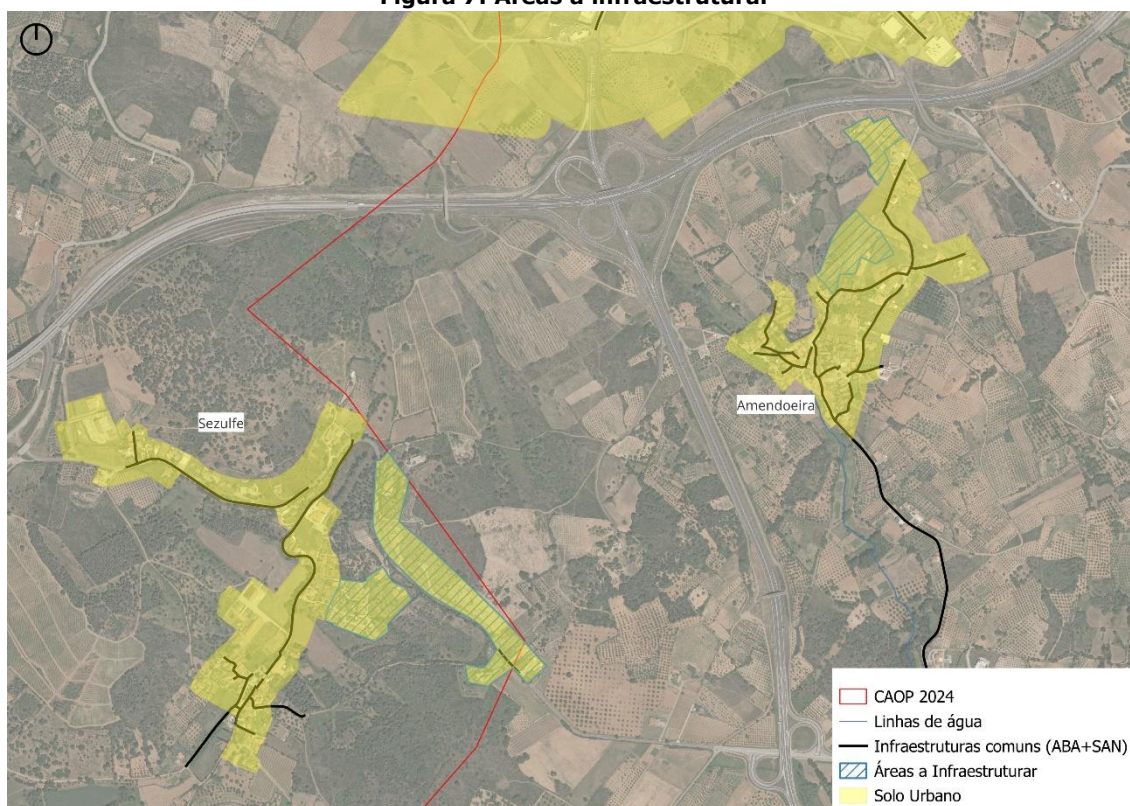
- viii Ponderar a eliminação de vias infraestruturadas sem edificação marginal ou compromissos. *Trata-se de eliminar do perímetro urbano as áreas servidas pelos arruamentos que, embora infraestruturados com redes de abastecimento de água e saneamento, não possuem edificações marginais nem se pretende que venham a possuir, evitando, nas situações em que esses troços correspondem ao início das redes de saneamento por gravidade, encargos com a manutenção dessas redes sem que desse facto resulte qualquer impacto na restante rede.*
- ix Mas pode também verificar-se a necessidade de promover a salvaguarda do enquadramento paisagístico do aglomerado ou dos recursos naturais e ecológicos, não admitindo a edificação num dos lados do arruamento e evitando assim que a frente do solo rústico seja as traseiras do solo urbano.
- x Excluir as situações de sobreposição com servidões ou restrições de utilidade pública, sem invalidar a eventual exclusão parcial dessas áreas por motivos de ordenamento:
- RAN e REN;
  - Zonas de proteção à exploração de recursos geológicos;
  - Outras.
  - *Conquanto a REN possa ocupar áreas do perímetro urbano, entende-se que tal deve ser evitado, de forma a não transmitir uma informação deficiente ao criar-se uma expectativa de valor do solo pela categoria de espaço em que se integra um determinado prédio, o qual tem o seu aproveitamento urbano condicionado pela REN.*
- xi Redelimitar os limites, considerando:
- A EEM. *Trata-se de a classificar como urbana quando associada e complementar aos usos urbanos.*
  - As eventuais situações de incompatibilidade ambiental ou funcional. *Pretende-se expurgar do solo urbano todas as atividades incompatíveis com o uso dominante considerado para uma dada área do solo urbano, o que é feito ou através da não inclusão das áreas correspondentes a essa atividade ou, quando tal não for possível, pela deslocalização dessas atividades.*
- xii Qualificar o solo urbano, procurando definir um macrozonamento do território, através do MOT estabelecido no âmbito da Estratégia do PDMMC. Deste modo, foram definidas as categorias de espaço e que constam na legenda da PO – Classificação e Qualificação do Solo e no subcapítulo seguinte.
- b) A delimitação do **solo urbano programado**<sup>1</sup> procurou englobar áreas edificadas não infraestruturadas, indo ao encontro da alínea c) do n.º 3 do art. 7.º do DR n.º 15/2015, e áreas não edificadas e não infraestruturadas para consolidação e estruturação do aglomerado, indo ao encontro da alínea e) do n.º 3 do art. 7.º do DR n.º 15/2015. Assim, para a sua delimitação optou-se por:
- i Adicionar as áreas edificadas não infraestruturadas (designadas como áreas a infraestruturar), mas com previsão de infraestruturação no curto e médio prazo. Estas áreas são de execução não sistemática, tendo em conta que estão parcialmente ou totalmente edificadas, pelo que se admite o seu licenciamento avulso aquando da conclusão do compromisso de infraestruturação. *Enquanto não se proceder à infraestruturação destas áreas não pode haver licenciamento de obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou Plano de Pormenor, de acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 24.º do RJUE, constituindo a execução das redes, em princípio, um encargo municipal. Assim, o prazo estabelecido para a execução das infraestruturas apenas tem como objetivo garantir a disponibilidade financeira municipal a afetar às obras de urbanização e*

<sup>1</sup> Operacionalização do solo urbano é aprofundada no subcapítulo 3.3. e no Relatório de Programação e Execução que acompanha o PDMMC.



estabelecer um compromisso do município e proprietários com os residentes locais. A adição das áreas a infraestruturar em solo urbano fundamenta-se no disposto na parte final da alínea c) do n.º 3 do art. 7.º do DR n.º 15/2015.

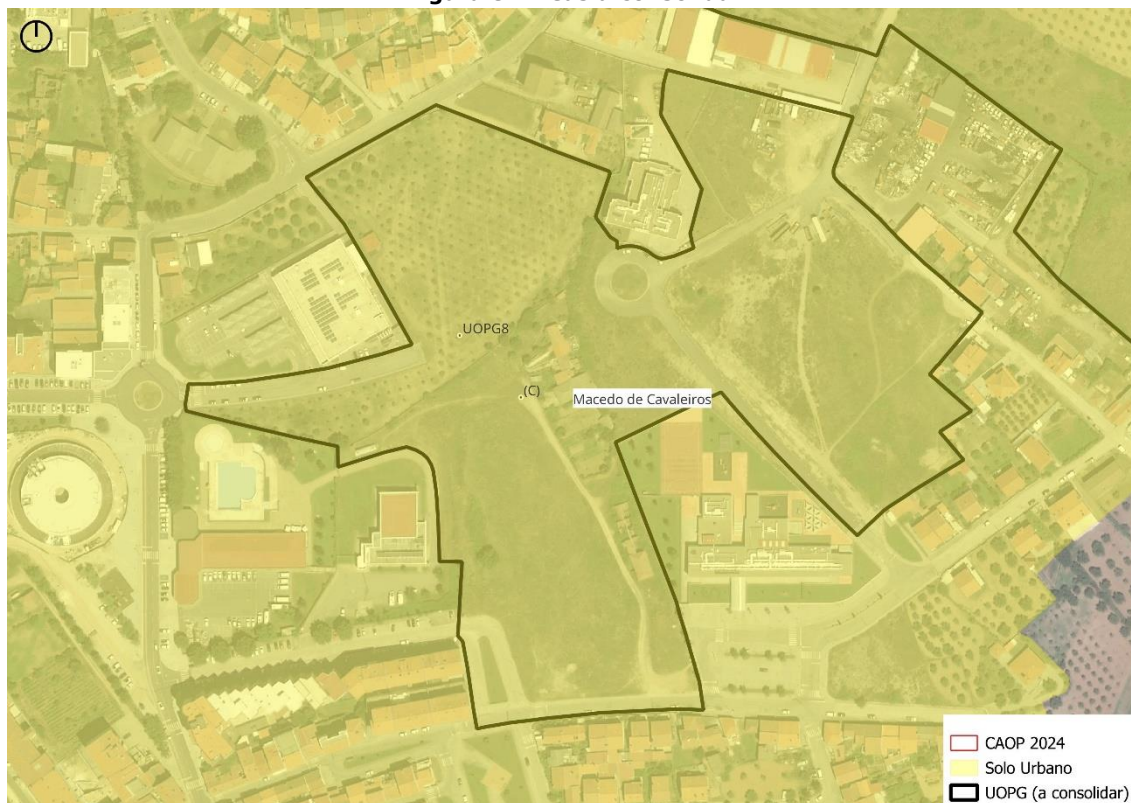
**Figura 7: Áreas a infraestruturar**



Fonte: Elaboração própria

- ii Adicionar áreas não edificadas e não infraestruturadas e correspondentes a situações de consolidação dos tecidos urbanos (designadas como áreas a consolidar), de execução exclusivamente sistemática e correspondem a UOPG. *Trata-se de áreas de contexto urbano, que não são abrangidas pelos buffers aos arruamentos e que são interiores aos perímetros urbanos, não estando infraestruturadas nem edificadas, correspondendo, normalmente, a áreas de logradouro e, em situações de maior dinamismo urbanístico, a áreas expectantes para a urbanização e construção, por vezes, de carácter especulativo. Pretende-se a eliminação destes vazios urbanos e a promoção da consolidação do solo urbano, evitando buracos de solo rústico, pelo que estas áreas são prioritárias em termos de ocupação e uso urbanos. Em situações de grande pressão urbanística e em que o carácter especulativo destas áreas é factual, pode definir-se um período para a execução das obras de urbanização, de modo a incentivar a sua colocação no mercado de solos. Trata-se de áreas em que a execução é da iniciativa dos interessados, admitindo-se, no entanto, que o MMC possa recorrer aos sistemas de cooperação ou de imposição administrativa quando considere que existe urgência na disponibilização destas áreas para a execução do PDMMC.*



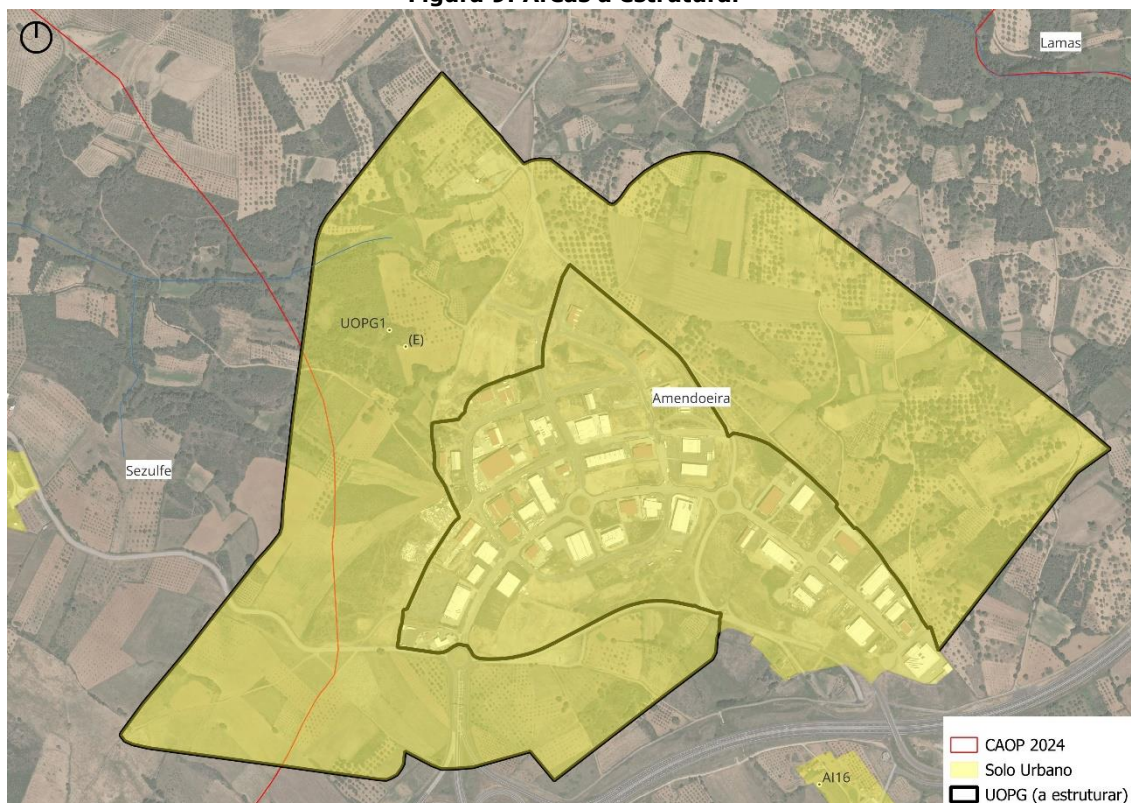
**Figura 8: Áreas a consolidar**


Fonte: Elaboração própria

- iii Adicionar áreas não edificadas e não infraestruturadas e correspondentes a situações de estruturação (designadas como áreas a estruturar), correspondendo única e exclusivamente a situações consideradas como estratégicas para a execução do PDMMC, sendo obrigatoriamente executadas pelo sistema de cooperação, podendo este evoluir para o sistema de imposição administrativa. *Trata-se, portanto, de áreas cuja execução é da iniciativa do MMC e que se integram nos casos admitidos na parte final da alínea c), do n.º 3 do art.º 7.º do DR n.º 15/2015: a classificação do solo como urbano integra as áreas para as quais há garantia da previsão, no horizonte do plano territorial, das infraestruturas urbanas mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais. A execução destas áreas constitui, portanto, um encargo municipal, não necessariamente na sua totalidade, sendo sua a iniciativa de concretização, nomeadamente, na delimitação das unidades de execução. Qualquer uma destas áreas é integrada numa UOPG, com a competente definição dos Termos de Referência, nos quais é definido o carácter estratégico correspondente. O prazo para a sua execução, face ao carácter estratégico que possuem e à sua excecionalidade como solo urbano, deve ser sempre curto ou médio, não ultrapassando os 8 anos (2 programas plurianuais). A possibilidade de consideração destas áreas é a justificação em como a classificação do solo é um ato de planeamento territorial, não se limitando à constatação do que está ou não infraestruturado na classificação do solo, o que seria reduzir o planeamento à elaboração de uma planta de situação existente num procedimento tão importante como é o da classificação. Caso estas áreas não sejam infraestruturadas no prazo definido pelo PDMMC, reverterem para o solo rústico e só poderão ser novamente reclassificadas como solo urbano através de Plano de Pormenor com efeitos*

registais ou por alteração do PDMMC nos casos admitidos na legislação em vigor.

**Figura 9: Áreas a estruturar**



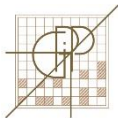
Fonte: Elaboração própria

### 3.2. Qualificação funcional

A qualificação funcional do solo rústico e urbano zelou pelo cumprimento no definido no DR n.º 15/2015, e integra as seguintes categorias/subcategorias de espaço, tendo como base o uso dominante e a aptidão ou características morfotipológicas de organização do espaço.

Além do entendimento do DR n.º 15/2015, importa dar conta que para a presente Revisão do PDMMC:

- Em solo rústico, o espaço florestal foi desagregado em função das tipologias de ocupação florestal previstas no PROF-TMAD, dando primazia à continuidade de manchas florestais com espécies atlânticas que se destacam por ser a exceção no caso dos espaços florestais de proteção e espécies geradoras de produtividade económica, relativamente aos espaços florestais de produção.
- Ainda no solo rústico, importa referir que atendendo à estratégia de salvaguarda dos geosítios e das áreas naturais descobertas, esses espaços foram assumidos como espaços florestais de recreio e valorização da paisagem e espaço natural e paisagístico, respetivamente, atendendo às funções prestadas.



- Em solo urbano, os aglomerados delimitados viabilizam as necessidades a dar resposta às necessidades da população e à otimização da utilização da rede de infraestruturas amplamente difundidas no município, como também refletem a opção de MOT definida na visão do PDMMC.

## SÍNTESE

**Tabela 2: Síntese das áreas da PO – Classificação e Qualificação do Solo**

<b>SOLO RÚSTICO</b>		<b>ÁREA (HA)</b>	<b>%</b>
Aglomerados rurais		165,47	0%
Áreas de edificação dispersa		58,91	0%
Espaços agrícolas		32465,74	46%
Espaços florestais	Produção	5464,00	8%
	Proteção	12663,42	18%
	Conservação	6733,33	10%
	Mistos de uso silvícola com agrícola	2393,51	3%
	Recreio e valorização da paisagem	6,36	0%
Espaços naturais e paisagísticos		8177,59	12%
Espaços de infraestruturas rodoviárias		204,77	0%
Espaços de exploração de recursos geológicos		89,17	0%
Espaço de ocupação turística		7,69	0%
Espaço cultural		6,79	0%
Total		68436,76	98%
<b>SOLO URBANO</b>		<b>ÁREA (HA)</b>	<b>%</b>
Espaço central		289,34	0%
Espaços habitacionais		120,75	0%
Espaços urbanos de baixa densidade		860,96	1%
Espaços de atividade económica		164,50	0%
Espaços de uso especial		41,77	0%
Total		1477,32	2%

Fonte: Elaboração própria

### 3.3. Qualificação operativa

A qualificação operativa definida na presente Revisão do PDMMC assume os princípios definidos no Capítulo V do RJIGT e abrange ambas as classes do solo, o que implica tipos de intervenção diferentes.

No entanto, este subcapítulo é completado pelo referido na alínea b) do subcapítulo 3.1 e no Relatório de Programação e Execução, que aborda em maior profundidade as componentes operativas do PDMMC, sendo apresentado agora unicamente os princípios de execução.

No solo rústico, foram delimitadas áreas programadas para a valorização dos recursos naturais do território, sobretudo numa lógica de qualificação paisagística e turística. Para estas áreas são definidos regimes de edificabilidade compatíveis com uma política de atração de investimento no território, tendo como referência a edificação de empreendimentos turísticos de categoria mínima de 4 estrelas.



Neste enquadramento, importa sublinhar que a intenção é reforçar a atividade turística, assente em capacidades edificatórias de baixa densidade de ocupação, privilegiando a concentração em detrimento da dispersão do investimento no território. Para o efeito do cálculo da intensidade turística máxima, considera-se a capacidade atual (439 camas<sup>2</sup>), havendo a intenção de aumentar em 45% a capacidade durante a vigência do PDMMC.

Quanto ao solo urbano, o PDMMC assume uma execução, predominantemente, de forma sistemática e conforme os níveis de:

- Infraestruturação, em que a existência de uma estrutura urbana definida por arruamentos garante a acessibilidade aos edifícios que os marginam, não existindo redes públicas de infraestruturas básicas de abastecimento e drenagem;
- Consolidação, em espaços localizados no interior do solo urbano que carecem de estruturação do tecido urbano, promovendo a ocupação de vazios e garantindo a coerência dos aglomerados urbanos existentes;
- Estruturação, em que a ausência de elementos morfológicos caracterizadores da ocupação urbana, nomeadamente uma estrutura viária, edifícios e as correspondentes infraestruturas de abastecimento e drenagem, obriga a uma programação estratégica.

Para além da execução do ordenamento, importa referir que existe uma área de planeamento afeta à Cidade de Macedo de Cavaleiros, onde pretende-se desenvolver um plano de urbanização ajustado às recentes necessidades urbanísticas e ambientais.

Por fim, cada proposta terá a devida responsabilização de execução e dotação financeira inscrita no plano plurianual do MMC, tal como o disposto no art. 97.º do RJIGT, caso sejam executadas no curto e médio prazo.

---

<sup>2</sup> Valor proveniente do registo nacional de empreendimentos turísticos à data de janeiro de 2026.





## 4. SALVAGUARDAS

### 4.1. EEM

**NOTA: RECOMENDA-SE A CONSULTA DA PLANTA DA EEM**

**NOTA: RECOMENDA-SE A CONSULTA DA PO – SALVAGUARDAS**

#### 4.1.1. Conceito

*“A estrutura ecológica municipal é um conjunto das áreas de solo que, em virtude das suas características biofísicas, culturais ou paisagísticas, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rústicos e urbanos” (DR n.º 5/2019, de 27 de setembro).*

A EEM integra espaços afetos ao solo urbano e ao solo rural, sempre definidos e estruturados numa lógica de *Continuum Naturale*. São considerados espaços de conservação e valorização da natureza e da paisagem, abrangendo o património natural e cultural, espaços naturais sujeitos a riscos e vulnerabilidades e, ainda, outros espaços de interesse local, nomeadamente com funções de qualificação da paisagem urbana, de valorização ambiental e de melhoria da qualidade de vida da população.

A EEM regula adicionalmente o território, definindo parâmetros de ocupação e de utilização do solo que assegurem a compatibilização com as funções ecológicas, ambientais e paisagísticas, promovendo sempre o desenvolvimento sustentável do território, assim como, o bem-estar das populações.

Em suma, as principais funções e objetivos da EE são<sup>3</sup>:

- Manutenção ou incremento da biodiversidade através da proteção, criação, ligação e gestão dos habitats;
- Proteção, recuperação e gestão dos recursos hídricos;
- Potenciação das atividades de recreio relacionado com a oportunidade dos recursos naturais;
- Proteção e valorização dos recursos históricos e paisagísticos;

<sup>3</sup> AHERN, Jack (2002). *Greenways as Strategic Landscape Planning: Theory and Application*.

- Contenção urbanística.

Refere-se, ainda, que a EEM existe em continuidade no solo rústico e no solo urbano, incidindo sobre diversas categorias de solo, não constituindo uma categoria de uso do solo autónoma.

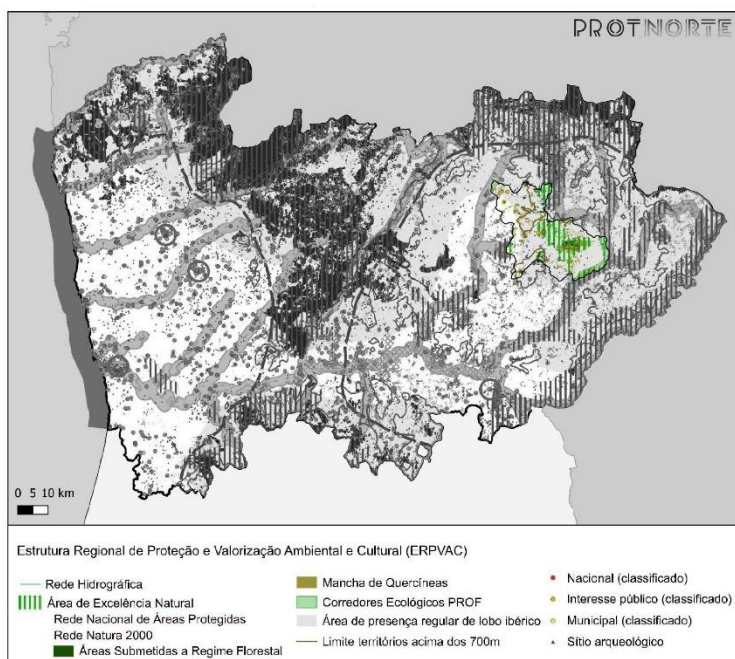
#### 4.1.2. Integrações e Considerações

Teve-se em consideração as orientações de carácter regional estabelecidas no Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N), em específico a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e Cultural (ERP-VAC), sendo esta ajustada à escala municipal e conjugada com os valores e recursos de carácter local que contribuem para os objetivos de salvaguarda e proteção definidos.

A ERP-VAC com incidência no território municipal de Macedo de Cavaleiros engloba as seguintes componentes:

- Rede hidrográfica;
- Áreas de Excelência Natural (AEN): ZEC Morais, ZEC e ZPE dos Rios Sabor e Maças, ZEC de Romeu, ZEC e ZPE Montesinho/ Nogueira, Paisagem Protegida Regional da Albufeira do Azibo e áreas submetidas a regime florestal;
- Manchas de Quercíneas;
- Corredor Ecológico do PROF;
- Área de presença regular de lobo-ibérico;
- Limite territórios acima dos 700 metros;
- Património classificado e sítios arqueológicos.

**Figura 10: ERP-VAC do PROT-N com destaque para o concelho**



Fonte: Adaptação do PROT-N



Consideraram-se os Corredores Ecológicos definidos pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF-TMAD) com incidência no município, por este contribuir para a conservação dos valores naturais (habitats, fauna e flora), através da sua articulação e conexão. Salientam-se que, os corredores ecológicos foram ajustados à escala municipal, uma vez que os corredores são de carácter estratégico e se mostram sobredimensionados.

Considerou-se, também, a Rede Natura 2000, nomeadamente a ZEC de Morais (PTCON0023), a ZEC e ZPE dos Rios Sabor e Maças (PTCON0021 e PTZPE0037), a ZEC de Romeu (PTCON0043) e a ZEC e ZPE Montesinho/Nogueira (PTCON0002 e PTZPE0003). Esta integração foi parcial, ajustando-se ao território que comprove elevado valor ecológico, nomeadamente aos valores geomorfológicos, florísticos e faunísticos mais relevantes e excecionais.

A Paisagem Protegida Regional da Albufeira do Azibo, integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas, foi considerada, devido ao seu papel essencial como refúgio de biodiversidade, pela notável beleza paisagística e pela sua relevância sociocultural.

O concelho de Macedo de Cavaleiros destaca-se pela sua diversidade geológica, ecológica, cultural e paisagística, que lhe conferiu o estatuto de Geoparque Mundial da UNESCO, o denominado Geopark Terras de Cavaleiros. Este território promove o desenvolvimento sustentável através da valorização do património natural e cultural, da educação ambiental, do turismo de natureza e da preservação da identidade local. Assim, consideram-se os elementos patrimoniais e paisagísticos que o integram e promovam a paisagem identitária do concelho.

Em Portugal continental existem seis Reservas da Biosfera da UNESCO, sendo que o concelho de Macedo de Cavaleiros está totalmente integrado na Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica. Esta reserva distingue-se pela grande variedade de paisagens, pela sua biodiversidade, pelas suas serras, pelos vales fluviais e pelos sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais. Promove a conservação da natureza em conjunto com o



desenvolvimento sustentável das comunidades locais, valorizando o património natural, cultural e as vivências sociais, como tradições e costumes. De modo a salvaguardar esta reserva, foram integrados os elementos naturais, culturais e sociais com maior representatividade e singularidade no concelho, assegurando a preservação da sua identidade e a valorização do território.

De acordo com a legislação em vigor, a REN deverá ser incluída na EEM, considerando toda a sua totalidade. A REN foi integrada parte em EEF, nomeadamente as áreas que comprovam elevado e adicional valor e/ou vulnerabilidade ecológica e que concorram para a especificidade, coesão e continuidade da EEM, e parte em EEC, nomeadamente os elementos isolados, de dimensão pouco significativa, as áreas já comprometidas e as áreas que, pela sua excessiva dimensão, comprometem a especificidade e o objetivo da EEM.

A RAN foi considerada quando se verificou fundamental na coesão da estrutura ou quando coincidente e/ou contíguos com sistemas ecológicos.

#### **4.1.3. Metodologia Geral**

A EEM de Macedo de Cavaleiros é definida através de três macrocomponentes: a Estrutura Ecológica Fundamental (EEF), a Estrutura Ecológica Urbana e Sociocultural (EUS) e a Estrutura Ecológica Complementar (EEC).

A EEF integra os valores naturais intrínsecos à escala municipal, intermunicipal e transfronteiriços e a EEUS é composta por valores à escala municipal e local com benefícios diretos para a população. A EEC garante a inclusão de toda a área abrangida pela REN.

Em específico, a EEF tem como principal objetivo a salvaguarda e a valorização dos elementos essenciais ao bom funcionamento dos sistemas naturais e dos processos ecológicos inerentes, estruturando-os e conectando-os através de uma EE.





A EEUS assegura a ligação da paisagem envolvente, natural e rural, aos aglomerados urbanos e rurais. Esta estrutura desenvolve-se a uma escala local, privilegiando a escala humana e consequentemente o seu uso ou benefícios diretos, desde o lazer e recreio à melhoria da qualidade do ar. Considerou-se espaços que contemplassem uma certa relevância sociocultural, paisagística e/ou ambiental e, desde que integradas numa lógica de continuidade e estruturação adequada às características do local.

A EEC integra as áreas abrangidas pela REN não incluídas em EEF, nem em EEUS, que devido às suas características admitem um carácter complementar e não fundamental.

Estas áreas foram definidas através da cartografia homologada, de ortofotomapas, de estudos de âmbito ambiental, ecológico e patrimonial com incidência no município, de informações geográficas disponibilizadas pelo ICNF ([www.icnf.pt](http://www.icnf.pt)), Direção-Geral do Território ([www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)) e Património Cultural ([www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt)) e de imagens *StreetView* (*Google Earth Pro*), de fotografias e através das visitas de campo.

Concluindo, a EEM de Macedo de Cavaleiros tem como objetivos a proteção, conservação e valorização das zonas de maior sensibilidade ecológica e de elevado valor paisagístico, cultural e social. Abrange, essencialmente, territórios não construídos, por oposição aos artificializados.

A composição garante uma estrutura capaz de potenciar o equilíbrio do território e o seu desenvolvimento sustentável, contribuindo para a preservação dos ecossistemas, para a adequada composição da paisagem, para o fornecimento dos diversos serviços de ecossistemas e contribui para um território adaptado de modo a fazer face às alterações climáticas.

Importa salientar que a presente EEM estabelece, integra e articula as estratégias ecológicas e ambientais no âmbito nacional, regional, municipal e setorial.

De modo a definir uma EEM específica para o território municipal de Macedo de Cavaleiros, atendendo a todas as suas características intrínsecas, próprias

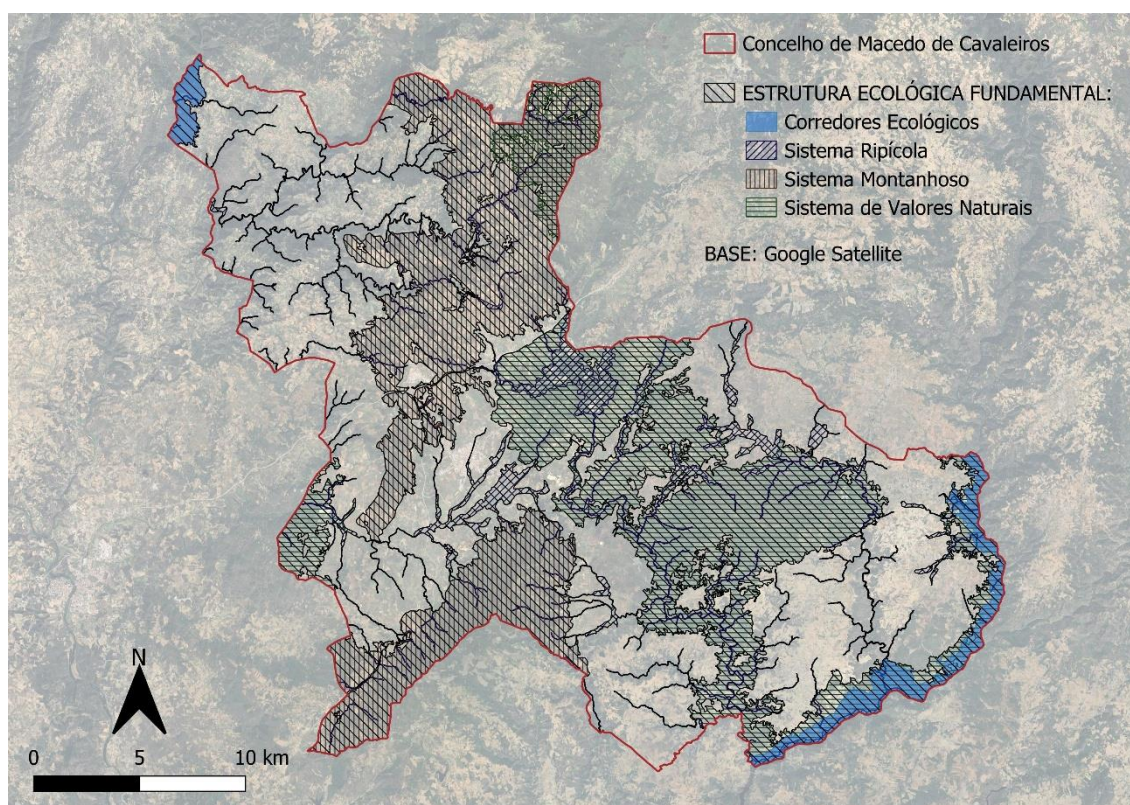
e excecionais, foi adotada uma metodologia específica para cada uma das componentes abaixo elencadas.

#### 4.1.4.EEF

Atendendo às especificidades do território de Macedo de Cavaleiros, a EEF é composta por quatro componentes: Sistema Ripícola, Sistema Montanhoso, Sistema de Valores Naturais e Corredores Ecológicos.

Refere-se que todas as componentes foram ajustadas aos perímetros urbanos definidos na PO – Classificação e Qualificação do Solo, com a exceção das áreas em Domínio Público Hídrico que coincidam com espaços permeáveis. Estas áreas, integradas no Sistema Ripícola, correspondem a porções de território em solo urbano cuja ocupação deve ser condicionada e protegida.

**Figura 11: EEF**



Fonte: Elaboração própria.

### **Corredores Ecológicos**

Os corredores ecológicos asseguram a continuidade ecológica ao nível do concelho, da região e do território europeu, viabilizando o funcionamento dos



processos ecológicos inerentes e a prestação dos serviços de ecossistemas associados. A sua definição resulta da necessidade de garantir a coesão e a interligação da EEF.

São definidos dois corredores ecológicos, um associado ao rio Tuela, a norte, e outro ao rio Sabor, a sudoeste. Estes corredores são definidos estrategicamente pelo PROF-TMAD, inserindo-se numa rede ecologicamente estruturada, articulada com os valores naturais do território nacional, garantindo igualmente a sua continuidade a nível transfronteiriço e europeu.

Ao longo do rio Tuela é definido um corredor ecológico que integra as encostas declivosas, as áreas que apresentem riscos associados, nomeadamente as Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (definidas pela REN), as florestas com vegetação a preservar (azinheiras, sobreiros, carvalhos, castanheiros e outras folhosas), bem como outros espaços agrícolas e florestais que se revelem essenciais para a estruturação e coesão desta componente e da EE.

O segundo acompanha o rio Sabor, cujo território associado é abrangido pelas áreas classificadas da Rede Natura 2000 – ZEC e ZPE dos Rios Sabor e Maças, integrando uma notável diversidade e singularidade de valores naturais. No entanto, devido à sua função de conectividade ecológica, esta área é também definida através da presente componente.

Este corredor integra valores geomorfológicos, florísticos e faunísticos de elevado interesse ecológico e paisagístico, bem como espaços agrícolas e florestais que se revelem essenciais para a estruturação e coesão desta componente e da própria EE. A sua delimitação segue a metodologia adotada para o Sistema de Valores Naturais, embora com uma menor abrangência, de forma a reforçar a linearidade e especificidade inerentes a um corredor ecológico.

### **Sistema Ripícola**

O relevo do concelho é marcado principalmente pela presença do rio Tuela e do rio Sabor, ambos afluentes do rio Douro e que limitam administrativamente o concelho. Adicionalmente, o rio Macedo, afluente do



Tuela, e o rio Azibo, afluente do Sabor, desempenham também um papel relevante na paisagem.

Primeiramente, definiram-se as linhas de água estruturantes, correspondentes às abrangidas pela REN, integrando-se as respetivas margens até uma distância de 10 metros. Foram excluídas as margens atualmente comprometidas e de difícil reconversão, localizadas dentro dos perímetros urbanos, adotando-se, nesses casos, uma largura mínima de 2,50 metros, de modo a garantir a continuidade física das linhas de água e a estruturação desta componente ecológica.

Inclui-se a Albufeira do Azibo e uma margem de 100 metros, correspondente à Faixa de Proteção à Albufeira delimitada pela REN. Inicialmente criada com fins de rega e abastecimento de água, esta albufeira evoluiu para um importante património natural, com elevado valor ecológico, ambiental e sociocultural. Atualmente, a albufeira integra uma área protegida e inclui duas praias fluviais com infraestruturas de recreio e lazer.

Inclui-se, igualmente, a Albufeira do Baixo Sabor, a Albufeira de Camba, a Barragem da Carvalheira e as suas margens de 100 metros.

Foram ainda integradas as categorias delimitadas pela REN com papel crucial na regulação do ciclo hidrológico, nomeadamente as Áreas de Máxima Infiltração, bem como as áreas associadas a riscos naturais, como as Zonas Ameaçadas pelas Cheias.

### **Sistema Montanhoso**

A paisagem de Macedo de Cavaleiros caracteriza-se por um relevo acidentado, marcado por vales encaixados e declives acentuados. Destacam-se a serra de Bornes, a sudoeste, e a serra da Nogueira, a nordeste, que conferem um carácter marcadamente montanhoso ao território concelhio. Esta componente integra estas duas principais serras.

Nesta componente integra-se o território de montanha, correspondente às maiores altitudes do concelho (superior a 700 metros), incluindo, também, as cabeceiras das linhas de água (definidas pela REN), as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), as áreas abrangidas pelo Regime Florestal



(REFLOA), as florestas com vegetação a preservar (azinheiras, sobreiros, carvalhos, castanheiros e outras folhosas), bem como as Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (também definidas pela REN) que se inserem nesses territórios de montanha.

O Monte de Morais, apesar de ser um elemento geomorfológico marcante na paisagem de Macedo de Cavaleiros, é integrado na EE através da componente Sistema de Valores Naturais, por incluir áreas classificadas da Rede Natura 2000, o que reforça o seu elevado valor ecológico e ambiental.

### **Sistema de Valores Naturais**

Nesta componente optou-se por integrar as áreas de maior relevância ecológica pertencentes à ZEC de Morais (PTCON0023), à ZEC e ZPE dos Rios Sabor e Maças (PTCON0021 e PTZPE0037), à ZEC de Romeu (PTCON0043) e à ZEC e ZPE Montesinho/ Nogueira (PTCON0002 e PTZPE0003), bem como as áreas de maior relevância sociocultural e paisagística associadas à Paisagem Protegida Regional da Albufeira do Azibo.

Foram integrados os territórios que apresentam valores geomorfológicos, florísticos e faunísticos de elevado interesse ecológico e paisagístico, nomeadamente os habitats naturais e seminaturais, a flora e a fauna protegidos pela Rede Natura 2000. Os habitats foram integrados de forma integral, uma vez que estes foram aferidos recentemente pelo ICNF e adquirem um significativo grau de precisão. Relativamente à flora e fauna, a informação disponibilizada não adquire a mesma pormenorização, assim, integraram-se as manchas passíveis de serem integradas, nomeadamente as aferidas através de áreas localizadas.

Refere-se que o Monte de Morais integra esta componente através da ZEC de Morais, correspondendo a um território caracterizado por extensas formações de azinheira e sobreiro.

Incluem-se também espaços contíguos compostos por vegetação autóctone, matos, sistemas agrícolas conjugados com áreas naturais e seminaturais, bem como outros espaços agrícolas e florestais que se revelem essenciais para a estruturação e coesão desta componente e da EE.



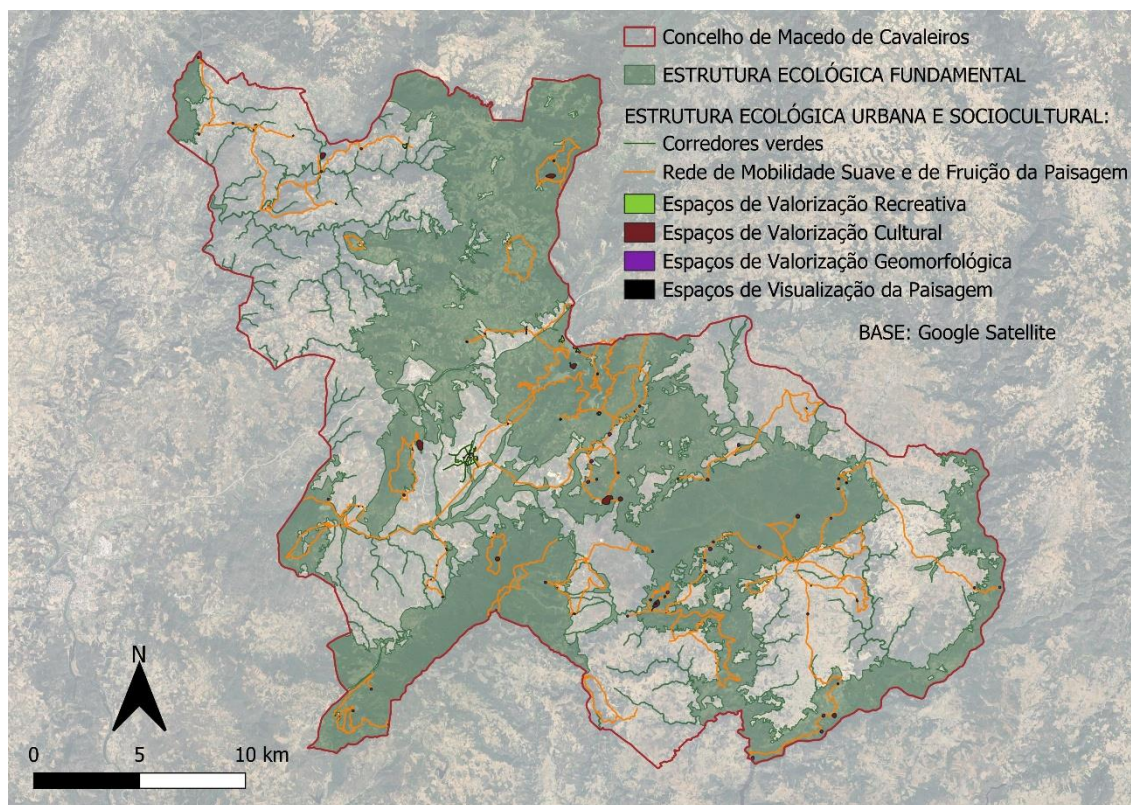
Relativamente à Paisagem Protegida Regional da Albufeira do Azibo, integra-se toda a área protegida e, também, espaços contíguos com interesse geomorfológico e valores ecológicos singulares, que contribuem para o enquadramento paisagístico da albufeira.

#### 4.1.5.EEUS

A EEUS é composta por quatro componentes: a Rede de Mobilidade Suave e de Fruição da Paisagem, os Corredores Verdes, os Espaços de Valorização Recreativa, os Espaços de Valorização Geomorfológica, os Espaços de Valorização Cultural e os Espaços de Visualização da Paisagem.

Estas componentes conectam-se com a EEF, promovendo a continuidade e a coesão entre a paisagem natural, rural e urbana.

**Figura 12: EEUS**



Fonte: Elaboração própria.

#### **Rede de Mobilidade Suave e de Fruição da Paisagem (RMSFP)**

Foram considerados as rotas, os trilhos, os percursos pedestres, as ciclovias urbanas e a Linha do Tua (ecopista) existentes no concelho de Macedo de



Cavaleiros, sendo estes um incentivo para um modo de vida sustentável e para um conhecimento do património cultural e paisagístico do município. Foram considerados os seguintes:

- Rota Azenha do Serrão;
- Rota da Azenha;
- Rota da Castanha;
- Rota da Malhadinha;
- Rota da Ribeira da Burga;
- Rota de Balsamão;
- Rota de Banreses;
- Rota do Alto da Carvalheira;
- Rota do Alto do Mogrão;
- Rota do Caminho Velho;
- Rota do Facho;
- Rota do Rio Macedo;
- Rota dos Cogumelos;
- Rota Entre Aldeias;
- Rota Fraga dos Corvos;
- Rota Moinho das Olgas;
- Rota Mourisco;
- Rota Pena do Corvo;
- Trilho dos Caretos;
- Trilho dos Fornos Antigos;
- Trilho Quercus;
- Trilho Ricardo Magalhães;
- Percurso Pedestre Geológico;
- Corredor Verde de Vale de Prados (percurso pedestre);
- Linha do Tua (ecopista);
- Estrada Municipal 15 (percurso pedestre);
- Ciclovias urbanas.

De modo a conectar os trilhos existentes e os espaços de valorização integrados em EEUS, são propostos trilhos que estruturam todos os espaços mencionados nas componentes que se seguem.

### **Corredores Verdes**

Foram estabelecidos corredores verdes na cidade de Macedo de Cavaleiros, possibilitando a ligação aos percursos pedestres, a ligação ecológica e ambiental à e a conexão dos espaços verdes de utilização coletiva. Pretende-se incentivar os fluxos ecológicos e ambiental rurais/urbanos e o conforto bioclimático.



### **Espaços de Valorização Recreativa**

Nesta componente foram integrados os espaços verdes e áreas naturalizadas, bem como praças arborizadas de relevância, de carácter urbano ou rústico, existentes ou propostas, desde que destinadas ao recreio e lazer, ou quando assumem uma significativa importância sociocultural, nomeadamente:

- Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros
- Jardim 1º de Maio;
- Praça das Eiras;
- Praça arborizada do Mercado;
- Largo do Padrão;
- Praça Duque de Loulé;
- Mina de Murçós;
- Pedreira de Vale Cabanas;
- Praia da Fraga da Pegada;
- Praia do Azibo.

### **Espaços de Valorização Geomorfológica**

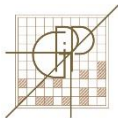
O Geopark Terras de Cavaleiros, cuja delimitação coincide integralmente com o concelho de Macedo de Cavaleiros, distingue-se pelo seu notável património geológico, aliado à biodiversidade, aos valores histórico-culturais, à gastronomia e aos costumes da população. Este território foi reconhecido pelas Redes Europeia e Global de Geoparques da UNESCO em setembro de 2014 e, posteriormente, classificado como Geoparque Mundial da UNESCO em novembro de 2015.

Estes valores contribuem para a valorização da paisagem, da identidade local e dos saberes tradicionais, afirmando o concelho como um destino geoturístico de excelência.

Tendo em conta a importância dos valores geomorfológicos para a identidade e valorização do território, são identificados 42 geossítios no concelho. Destes, 4 integram a componente dos Espaços de Visualização da Paisagem, por se localizarem em pontos com vistas panorâmicas sobre a envolvente. Posto isto, nesta componente foram integrados 38 geossítios, bem como as respetivas áreas circundantes (num raio de 50 metros), nomeadamente:

- Vale do Rio Tuela;
- Granito de Vila Nova da Rainha;





- Contacto litológico em Vila Nova da Rainha;
- Meandros do Rio de Macedo;
- Minas de Murçós;
- Granito do Alto da Serra;
- Falha da Vilariça em Podence;
- Metavulcanitos da Fraga da Pegada;
- Talcos de Vale da Porca;
- Calcários do Alto da Carrasqueira;
- Xistos anfíbolíticos do Alto do Montinho;
- Sedimentos Cenozoicos de Vale da Porca;
- Depressão de Salselas;
- Calcários de Salselas;
- Carreamento de Limãos;
- Sedimentos de Castro Roupal;
- Águas de Escarledo;
- Gabros da Sobreda;
- Diques Anfíbolíticos de Paradinha;
- Granadas da Sobreda;
- Cromite de Morais;
- Estruturas tectónicas da Sobreda;
- Talcos e Asbestos de Morais;
- Micaxistos de Lagoa;
- Carreamento do Castelo;
- Peridotitos do Castelo;
- Gabros de Xaires;
- Cabeço Berrão;
- Gnaisses de Lagoa;
- Descontinuidades de Conrad e Moho em Lagoa;
- Carreamento da Foz do Azibo;
- Termas da Abelheira;
- Falha de Morais;
- Poço dos Paus;
- Falha da Vilariça em Vale Benfeito;
- Escarpa da Falha da Vilariça;
- Microgranito de Burga;
- Granito de Romeu em Cernadela.

Refere-se que a delimitação dos geossítios – 50 metros de área circundante ao ponto identificado - deverá ser atualizada sempre que surja um estudo geológico específico sobre o geossítio que permita definir uma área mais precisa e detalhada.

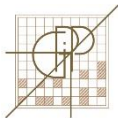
### **Espaços de Valorização Cultural**

Foram considerados elementos patrimoniais e museus que evidenciam a riqueza cultural e paisagística de Macedo de Cavaleiros, bem como o espaço



contíguo essencial à sua valorização. Inclui-se o património classificado, os museus e os elementos patrimoniais que se destacam ao longo dos trilhos, nomeadamente:

- Largo do Pinhovelo (Pelourinho do Pinhovelo - IIP e Tanque);
- Largo de Nozelos (Pelourinho de Nozelos - IIP);
- Largo de Chacim (Pelourinho de Chacim - IIP);
- Igreja Paroquial de Vale de Prados e Largo de Vale de Prados (Pelourinho de Vale de Prados - IIP);
- Igreja Paroquial de Vilarinho de Agrochão / Igreja de Santo Antão – IIP e espaço público associado;
- Igreja de Nossa Senhora dos Reis, Matriz de Lamalonga – MIP e espaço público associado;
- Igreja de Nossa Senhora da Purificação, Matriz de Podence – MIP e espaço público associado;
- Povoado de Pinhovelo / Terronha de Pinhovelo – SIP;
- Solar das Arcas – MIP e espaço público associado;
- Convento de Balsamão, Museu Religioso de Balsamão e espaços associados;
- Rua Central da aldeia Podence – Entrudo Chocalheiro/ Carnaval dos Caretos (património imaterial – UNESCO);
- Casa Falcão / Museu de Arte Sacra;
- Museu Rural de Salselas;
- Núcleo Museológico do Azeite / Solar dos Cortiços;
- Ruínas do Real Filatário de Chacim;
- Benrezes (Povoado);
- Cabeço da Paixão (Povoado fortificado);
- Cabeço do Fidalgo (Arte Rupestre);
- Capela de Santo Antão;
- Capela de São João;
- Capela de São João em Lamalonga;
- Casa Brasonada em Cortiços;
- Casa Malheiro de Pinhovelo;
- Castelucho de Balsemão (Povoado fortificado);
- Castrilhão (Povoado fortificado);
- Espondra (Povoado fortificado);
- Fonte de Prado de Cavaleiros e espaço público associado;
- Fonte do Prado (Arte rupestre);
- Forno da Urreta (Forno);
- Forno de Cal 2.ª Geração (Forno);
- Forno de Cal Salselas (Forno);
- Fraga da Moura (Abrigo);
- Fraga da Pegada (Arte Rupestre);
- Fraga da Pegada 2 (Arte Rupestre);
- Fraga do Castelo (Povoado fortificado);
- Fraga do Santo (Ermida);
- Fraga dos Corvos (Povoado fortificado) e Fraga dos Corvos (Abrigo 2);
- Igreja de Lamas/ Igreja de Nossa Senhora da Assunção e espaço público associado;
- Igreja de Grijó/ Igreja de Santa Maria Madalena e espaço público associado;



- Igreja de Limãos e espaço público associado (Necrópole);
- Igreja de Malta (Necrópole);
- Igreja de Vale Benfeito/ Igreja de Santa Maria;
- Igreja Matriz de Edroso e espaço público associado;
- Igreja Paroquial da Burga/ Igreja de Nossa Senhora da Conceição;
- Igreja Paroquial de Chacim e espaço associado;
- Igreja Paroquial de Macedo de Cavaleiros/ Igreja de São Pedro;
- Igreja Paroquial de Vilar do Monte/ Igreja de São Martinho;
- Igreja Senhora do Monte;
- Inscrição na Igreja Matriz de Castro Roupal;
- Inscrições do Pequeno Santuário "Alcoforado";
- Lameirinho (Arte rupestre);
- Pena Mourisca (Povoado fortificado);
- Ponte de Cernadela;
- Ponte de Paradinha;
- Ponte de Vale da Porca;
- Ponte do Bairrinho;
- Salselas (Forno);
- Sampaio (Capela);
- Santo Ambrósio (Monumento megalítico);
- Senhora do Monte (Igreja);
- Sino dos Mouros/ Embanadouro/ Fraga do Berço;
- Sobreda (Sarcófago);
- Telheira de Salselas (Forno);
- Terronha (Povoado fortificado);
- Vale Grande (Mina);
- Vila Nova da Rainha (Forno).

### **Espaços de Visualização da Paisagem**

Integraram-se os pontos com vistas panorâmicas sobre a paisagem e as respetivas áreas circundantes (num raio de 50 metros). Entre os miradouros identificados, quatro constituem também geossítios. Foram integrados os seguintes miradouros:

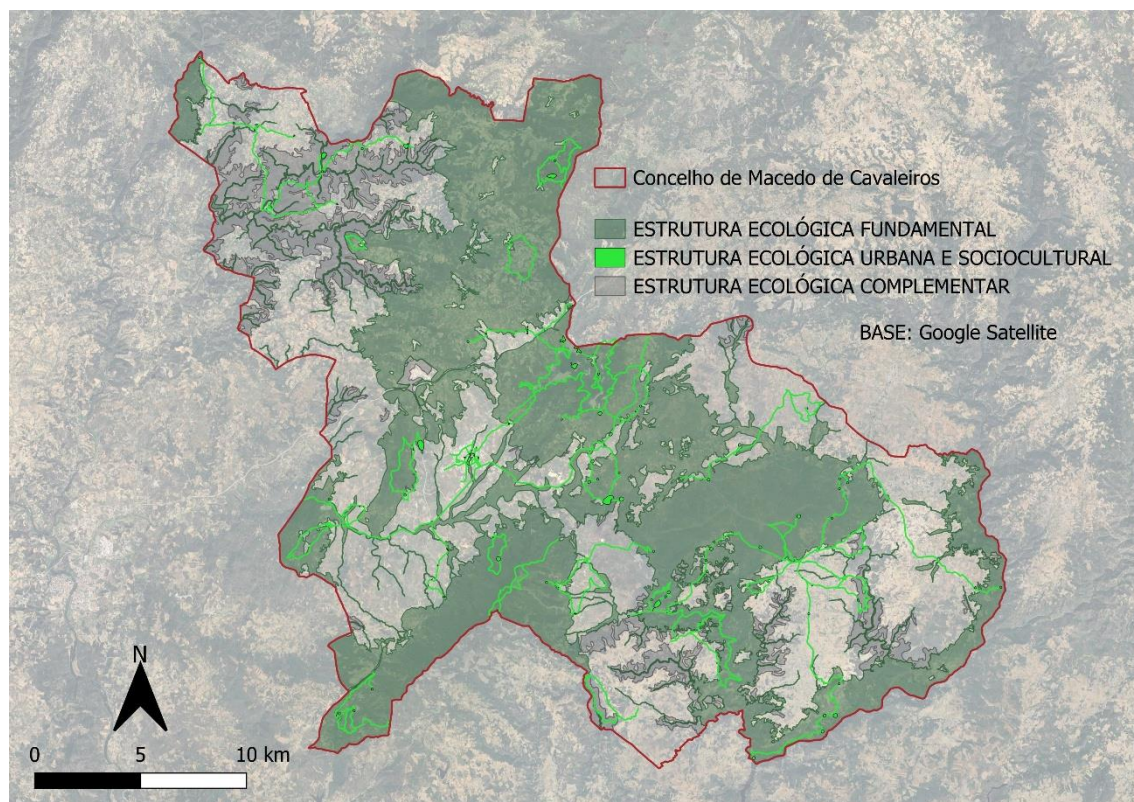
- Miradouro de Santa Combinha;
- Miradouro de Nossa Senhora do Campo - geossítio;
- Miradouro de Santa Barbara (Lagoa);
- Miradouro da Serra do Cubo (Vale da Porca) - geossítio;
- Miradouro Bornes Sul - geossítio;
- Miradouro Bornes Norte - geossítio;
- Miradouro do Convento de Nossa Senhora de Balsamão;
- Miradouro de Lassalete (Morais).

#### 4.1.6.EEC

A EEC integra áreas que admitem um carácter complementar e não fundamental, nomeadamente:

- Áreas que comprometem a continuidade e a coesão da EE, devido à sua localização isolada e/ou devido à sua dimensão residual;
- Áreas que comprometem a especificidade e o objetivo da EE, devido à sua excessiva extensão no concelho, tendo sido seleccionadas as áreas que se comprovem de menor importância face às integradas em EEF e em EEUS.

**Figura 13: EEC**



Fonte: Elaboração própria.

#### 4.2. Riscos

**NOTA: RECOMENDA-SE A CONSULTA DA PO – SALVAGUARDAS**

##### *ZONA INUNDÁVEL*

A crescente urbanização do território e o aumento de recorrência de fenómenos de maior precipitação associados às mudanças climáticas são uma realidade cada vez mais evidente, principalmente, nas áreas ribeirinhas.



A delimitação destas áreas decorre da REN, publicada em 2015, transposta para a cartografia homologada que acompanha a elaboração da Revisão do PDMMC.

A salvaguarda pretendida, para além da legalmente imposta pelo que é referido no subcapítulo 13.1.1, é promover áreas verdes capazes de absorver e aumentar a permeabilidade do solo, reduzir danos materiais em espaços centrais, habitacionais ou de atividades económicas e com elas garantir a constituição de corredores ecológicos.

### *ZONA DE INFILTRAÇÃO MÁXIMA*

A delimitação destas áreas decorre da exclusão do sistema Área de Máxima Infiltração, no âmbito da delimitação da REN. Nas situações em que este sistema REN coincide com solo urbano consolidado, a sua denominação neste enquadramento de salvaguarda passa então a ser zona de infiltração máxima, fazendo-se cumprir nessas áreas outro enquadramento legal, nomeadamente, o disposto no art. 38.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.

Assim, a salvaguarda pretendida, para além da legalmente imposta pelo referido no subcapítulo 13.1.1, é promover uma ocupação do solo que tenha em atenção os potenciais impactos nos lençóis freáticos e assim garantir que estas reservas de água não correm o risco de contaminações ou de escassez do recurso água.

### *ESTABELECIMENTOS COM PRODUTOS E EXPLOSIVOS E SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS*

Além do constante do subcapítulo 13.4, importa referir que este risco procura ser respondido através da interdição da edificação na envolvente, em particular de espaços habitacionais, a definição de cinturas verdes no entorno aos espaços de atividade económicas para mitigação do impacto paisagístico e ambiental das unidades empresariais e, por fim, condicionar o licenciamento, autorização ou aceitação de comunicação prévia de operações urbanísticas até à aprovação da servidão e restrição de utilidade pública.





## **5. PATRIMÓNIO**

### **NOTA: RECOMENDA-SE A CONSULTA DA PO – PATRIMÓNIO**

#### **5.1. Arqueológico**

A Revisão do PDMMC atualizou a informação em vigor relativamente ao património arqueológico, tendo também em conta a informação disponível no Portal do Arqueólogo.

Este exercício resulta de situações de acréscimo/eliminação de património inventariado expresso no ANEXO V do Regulamento.

O património arqueológico agora inventariado completa significativamente o conhecimento do antepassado de Macedo de Cavaleiros. Para um melhor entendimento do trabalho produzido, recomenda-se a consulta das fichas patrimoniais sintetizadas no Relatório do Património Arqueológico.

Ao nível da salvaguarda, o regulamento define as normativas a aplicar e a identificação dos valores em anexo. Contabilizam-se neste segmento patrimonial 142 sítios arqueológicos.

Não menos importante do que o inventário, reconhece-se que a maioria do património é privado e as condições de salvaguarda, conservação, valorização e divulgação não são de execução acessível, motivando um espírito de colaboração e governança institucional para a manutenção dos marcos identitários do município.

#### **5.2. Arquitetónico**

O património arquitetónico neste processo de revisão sofreu alterações, mas não significativas, em termos de inventário por se considerar que ainda se mantém atual e face à dinâmica urbanística existente no MMC.

Não se detetam novos imóveis capazes de evidenciar o valor patrimonial do município. Contabilizam-se 71 itens patrimoniais, incluindo os núcleos antigos.

Não menos importante do que o inventário, reconhece-se que a maioria do património é privado e as condições de salvaguarda, conservação, valorização



e divulgação não são de execução acessível, motivando um espírito de colaboração e governança institucional para a manutenção dos marcos identitários do município.

Por fim, destaca-se o disposto no art. 74.º do Regulamento que procedeu à atualização do normativo regulamentar, adaptando-o às novas exigências dos regimes de salvaguarda.

### **5.3. Geológico**

A importância do MMC no domínio do património geológico assume relevância à escala mundial, encontrando-se o seu território classificado pela UNESCO como Geoparque. Esta classificação abrange a totalidade do território do MMC, estando os elementos patrimoniais a salvaguardar inventariados no âmbito da atual Revisão do PDMMC.

Os geosítios são valores patrimoniais de origem geológica, com importância do ponto de vista científico e cultural, devendo ser salvaguardados para as futuras gerações.

Neste processo de revisão sofreu alterações, mas não significativas, em termos de inventário por se considerar que ainda se mantém atual. Contabilizam-se 42 itens patrimoniais e cada item tem uma área de salvaguarda, quando aplicável.

As medidas de proteção e salvaguarda levam à interdição de ocorrências que coloquem em causa as suas condições naturais, onde qualquer intervenção deverá ser precedida de consulta dos serviços municipais com competência em matéria de geologia e arqueologia.

Não menos importante do que o inventário, reconhece-se que a maioria do património é privado e as condições de salvaguarda, conservação, valorização e divulgação não são de execução acessível, motivando um espírito de colaboração e governança institucional para a manutenção dos marcos identitários do município.



## 6. ZONAMENTO ACÚSTICO

### **NOTA: RECOMENDA-SE A CONSULTA DA PO – SALVAGUARDAS**

O Mapa de Ruído, elaborado em 2024, ao abrigo do DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro, permitiu ter uma ferramenta para a gestão e controlo da poluição sonora existente. Considera-se que a versão de 2015 encontra-se atualizada, atendendo às dinâmicas demográficas de diminuição, o que significa menos população exposta ao ruído, e à estabilização dos fluxos existentes. Adicionalmente, nos últimos anos não se registaram alterações significativas na forma de ocupação do solo, pelo que se deduz que a situação de referência representada no Mapa de Ruído de 2015 continua válida e sem lacunas relevantes.

Para o efeito, foram assumidos como zonas:

- Sensíveis – as áreas definidas em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período noturno e que não deve ficar exposta a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A) expresso pelo indicador  $L_{den}$  e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador  $L_n$ ;
- Mistas – as áreas definidas em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afeta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível e que não deve ficar exposta a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A) expresso pelo indicador  $L_{den}$  e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador  $L_n$ .

### *Áreas de conflito*

Na sequência da elaboração do Mapa de Ruído, foram detetadas situações de conflito que, segundo o DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro, são aquelas que os variam entre 5dB(A) a 15dB(A) face aos parâmetros estabelecidos no art. 8.º do DL citado e para as quais devem ser estabelecidos planos de ação, com medidas de redução do ruído.



## 7. EQUIPAMENTOS

A dinâmica funcional dos territórios depende em grande medida da rede de equipamentos existente, sendo os equipamentos estruturantes para o sistema social do território, contribuindo para a melhoria de aspetos como a qualidade de vida e a coesão territorial.

Neste momento, as valências de equipamentos existentes dotam o MMC de serviços capazes de dar resposta aos diferentes públicos-alvo das carências sociais existentes.

A realidade da rede de equipamentos serve uma população do MMC que:

- Está em regressão face a 2011 (-10%), acompanhando a realidade regional (-3%);
- Está mais envelhecida (35% da população tem mais de 65 anos, mais 7% que em 2011);
- Em 2021, tem níveis de qualificação inferiores aos da Região Norte (15% da população terminou o ensino superior contra os 19% da região);
- Em 2013, tem rendimentos inferiores (o ganho médio mensal é inferior ao da Região Norte em 18%);
- Em 2021, tem uma taxa de desemprego baixa (7% contra os 8% da Região Norte).

Perante este cenário e face à rede existente, a opção do PDMMC é tornar o Município coeso internamente com equipamentos capazes de dar resposta às necessidades da população e minimizem os flagelos sociais existentes motivados pelo processo de envelhecimento e despovoamento.

Estes motivos justificam que, do ponto de vista regulamentar, se adote uma política de edificação dos diferentes tipos de equipamentos mais flexível, permitindo o ajustamento dos parâmetros urbanísticos em função das respetivas tipologias.

Paralelamente, o facto da presente revisão do PDMMC não apresentar propostas específicas para a criação de novos equipamentos, a mesma não impede que possam ser desenvolvidos nas áreas de execução programada ou nas categorias de espaço onde tal seja admissível.



## 8. INFRAESTRUTURAS

### 8.1. Transporte

A dinâmica do território sente-se pelos fluxos existentes no seu interior e na capacidade de atrair outros provenientes de várias partes do País, em função do emprego, da educação, da saúde ou do turismo. Para tanto, é necessário estabelecer ligações que garantam a fluidez necessária e que atualmente tenham um menor impacto possível no ambiente.

A Revisão do PDMMC aposta numa política de ordenamento que tem nesta dinâmica funcional e de transportes um dos fatores para a qualificação do solo.

O facto de se qualificar o espaço central, mediante fatores de proximidade à rede de transporte de escala regional, obriga a uma política de mobilidade capaz de servir estes centros polarizadores.

#### *RODOVIÁRIAS*

A Revisão do PDMMC atualiza a hierarquia funcional da rede rodoviária com a definição de novas vias propostas, mediante as premissas de estabelecer prioridades de fluxos, através da:

- Distribuição a partir das vias coletoras (itinerários principais) para vias distribuidoras principais (vias com ligação direta aos itinerários principais e distribuidoras de fluxos para a rede local) e posteriormente para a distribuidoras secundárias (vias de ligação entre aglomerados).

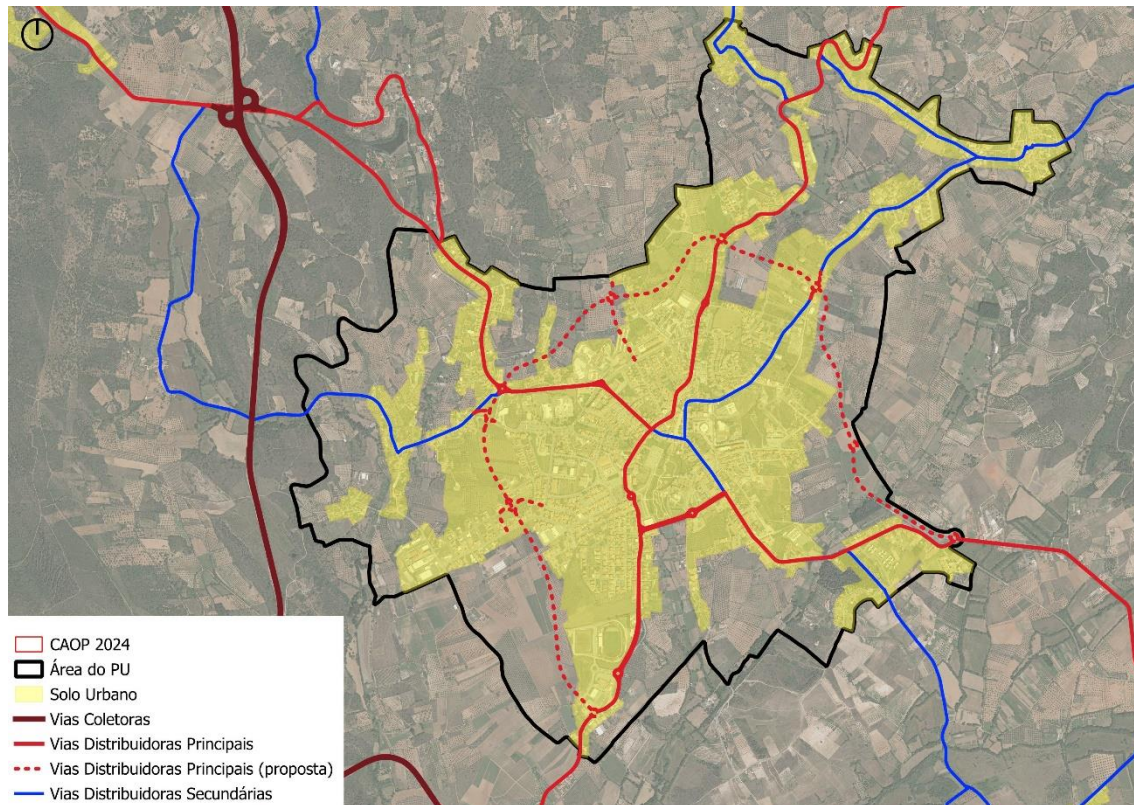
Este encadeamento fundamenta as opções tomadas em sede do MOT no sistema de conectividade, como também em termos procedimentais não ultrapassa a hierarquia institucional definida pelas Infraestruturas de Portugal.

É de referir que o PDMMC assume como opção estratégica a criação de condições para o desenvolvimento da Variante à Cidade de Macedo de Cavaleiros. Esta iniciativa procura eliminar situações de *cul de sac* e repensar o esquema de mobilidade urbana, colmatando ligações em falta ("missing links") e formalizando um espaço público compatível com a implementação de uma rede de mobilidade suave. Esta rede estará associada aos



investimentos recentes realizados no antigo canal ferroviário da Linha do Tua, assegurando, simultaneamente, futuras ligações à Albufeira do Azibo.

**Figura 14: Novas dinâmicas de planeamento e de infraestruturas de transporte a introduzir na Cidade de Macedo de Cavaleiros**



Fonte: Elaboração própria

Ao nível de proposta da Revisão do PDMMC, assume-se que o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Terras de Trás-os-Montes (2016) responde às expectativas desta revisão no domínio da mobilidade e transportes e, por isso, a atual Revisão não inviabilizará a sua execução e garantirá condições para a sua materialização.

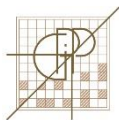
Em síntese, elencam-se algumas das propostas previstas pelo plano supramencionado:

- Criação de espaços próprios que assumem as funções de interfaces de transportes rodoviárias (entretanto já concretizada);
- Possibilitar a criação de condições tarifárias e/ou as especificações do sistema de bilhética possam constar dos requisitos de contratualização dos serviços de transportes urbanos a criar;
- Qualificação e expansão da rede estruturante de modos suaves na cidade de Macedo de Cavaleiros;
- Introdução de medidas de acalmia de tráfego nos centros urbanos principais atravessados por vias de maior fluxo (200.000€);



- Melhorar a acessibilidade a pé para todos nos principais polos urbanos e a qualificação dos espaços públicos (1.000.000€);
- Criar estruturas de estacionamento para bicicletas (19.500€);
- Criar um serviço de aluguer/empréstimo de bicicletas, articulado designadamente com as instituições de ensino superior (+/- 90.000€);
- Aproveitamento da antiga Linha do Tua (Ecovia do Tua), entre Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança (entretanto em curso);
- Ligação ao Azibo no sentido de promover circuitos de lazer de modo a fomentar o hábito de comportamentos de mobilidade mais sustentáveis;
- Ligação entre o Nó do IP4 (Quintela de Lapaças) e a EN317 (Estação de Sendas);
- Melhoria e beneficiação dos seguintes arruamentos:
  - EM535 (EN316 Podence - Arcas - Nozelos - CM1102 Mogrão)
  - EN316 (Podence - Limite do Concelho Vinhais)
  - EM537 (EN316 - Soutelo Mourisco - Vilar Douro - Cabanas)
  - EM537 (EN316 - Murçós - cruzamento EM535 (Arcas))
  - EM536 (EM535 - Vilarinho de Agrochão - EN315)
  - CM1100 (EN316 - Bousende)
  - EN217 (Morais - Lagoa - Limite Concelho Mogadouro)
  - EN216 (Cruzamento IP2 - EN15)
  - EN216 (Macedo de Cavaleiros - Peredo - Limite Concelho Mogadouro)
  - EN102-1 (Carrapatas - Cortiços)
  - EM563 (Castelãos - Vilar do Monte - EN102)
  - EM577 (EN102 - Burga)
  - Macedo3 - Intervenção no CM1115 entre Chacim e Balsemão;
- Criação de uma nova ligação ao Bairro de São Francisco, que apresenta um perfil facilitador da utilização de modos suaves de deslocação (2.062.000€);
- Criação de via ligação do Bairro da Bela Vista ao resto da malha urbana de Macedo de Cavaleiros, com um perfil facilitador da utilização de modos suaves de deslocação (projeto integrado no PAICD) (1.125.000€);
- Semaforização na Rua Eça de Queiroz/ Av. D. Nuno Álvares Pereira, podendo vir a identificar-se outras situações no decurso da criação dos serviços de transportes urbanos;
- Melhoria de sinalética (200.000€);
- Reorganização do estacionamento junto às escolas, de modo a tornar esta zona mais seguro acesso a pé e de autocarro;
- Renovação de frotas de serviço municipais (300.000€);
- Recomendação de elaboração Plano de Mobilidade e Transportes.

Em termos regulamentares, destacam-se as seguintes opções de dimensionamentos.

**Tabela 3: Características da Rede Rodoviária**

Características		Vias distribuidoras principais	Vias distribuidoras secundárias	Vias de acesso local
Recomendações Particulares		Fluidez e implementação de medidas de minimização do ruído	Implementação de medidas de minimização do ruído	Implementação de medidas de acalmia de tráfego
Número Mínimo de Vias	1 Sentido	1	1	1
	2 Sentidos	1 via por sentido	1 via por sentido	1 via por sentido
Separação física dos sentidos de circulação		Facultativa	Facultativa	A evitar
Largura útil da via de circulação [m] (valores mínimos)		3,25	3,10	2,80
Largura mínima dos passeios (em solo urbano e em aglomerados rurais) (m)		3,75	3,00/3,45 <sup>(1)</sup>	1,55/2,35 <sup>(2)</sup>
Arborização e rearborização		Evitar, sempre que possível	Desejável	Desejável
Acessos a prédios marginantes (em solo rústico)		Evitar	Livre	Livre
Estacionamento (em solo rústico)		Evitar	Autorizado, sujeito a restrições operacionais da via	Autorizado, sujeito a restrições operacionais da via
Cargas e descargas		Interditas	Reguladas	Reguladas
Paragens transportes coletivos		Sítio Próprio	Preferencialmente sítio próprio	Preferencialmente sítio próprio
Circulação pedonal e velocípedes		Segregada	Preferencialmente segregada	Livre

1 - Valor mínimo de 3,00 metros aplicável exclusivamente quando exista estacionamento e/ou faixa ajardinada entre a faixa de rodagem e o passeio

2 - Valor mínimo de 1,55 metros aplicável em zonas consolidadas ou com os limites do espaço canal definidos

Fonte: Regulamento da Revisão do PDMMC (art. 79.º)

Ao nível do transporte coletivo, importa referir o transporte escolar que existe perante a cidade de Macedo de Cavaleiros com os aglomerados pertencentes ao município, como também que existe transporte intramunicipal e intermunicipal com uma dinâmica que outrora não existia. Verificam-se, em dia útil, a possibilidade de existir na interface de Macedo de Cavaleiros, pelo menos, 40 serviços para Bragança, Lisboa ou Porto – situação inédita face à liberalização do setor dos transportes.

## **8.2. Abastecimento de água e drenagem de águas residuais**

### **ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Macedo de Cavaleiros encontra-se servida em termos de abastecimento de água por vários reservatórios de água e, geralmente, em sistemas isolados, aglomerado a aglomerado.

A rede de abastecimento de água concelhia serve 95% dos alojamentos.



A boa execução do PDMMC dependerá significativamente da materialização do abastecimento em 20 áreas do município tidas como estratégicas para a classificação do solo.

**Tabela 4: Capacidade de carga da infraestrutura de abastecimento de água**

Áreas programadas com fins habitacionais	Espaço geográfico	Capacidade de carga em n.º de habitantes potenciais	Sistema de abastecimento
AI03	Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	5	Espadanedo
AI16	Amendoeira	12	Azibo (Amendoeira)
AI17	Amendoeira	20	Azibo (Amendoeira)
AI18	Sezulfé	20	Azibo (Amendoeira)
AI19	Sezulfé	30	Azibo (Amendoeira)
AI21	Vale de Prados	10	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
AI22	Vale de Prados	15	Vale de Prados
AI27	Talhas	8	Azibo (Nascente)
AI31	Morais	16	Azibo (Nascente)
UOPG03	Macedo de Cavaleiros	168	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
UOPG04	Macedo de Cavaleiros	338	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
UOPG05	Macedo de Cavaleiros	472	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
UOPG06	Macedo de Cavaleiros	145	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
UOPG07	Macedo de Cavaleiros	213	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
UOPG08	Macedo de Cavaleiros	269	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
UOPG09	Macedo de Cavaleiros	162	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
UOPG10	Macedo de Cavaleiros	219	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
UOPG11	Macedo de Cavaleiros	590	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
UOPG12	Macedo de Cavaleiros	293	Azibo (Macedo de Cavaleiros)
UOPG13	Talhinhas e Bagueixe	51	Azibo (Nascente)

Fonte: Elaboração própria

A definição de 4 anos para a execução das infraestruturas envolveu a articulação com a entidade gestora desta infraestrutura.

Não se prevê a necessidade de novas infraestruturas face ao crescimento expetável da população promovido pelas necessidades das áreas de execução programada de 3000 habitantes, aproximadamente.

### *DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS*

A rede de drenagem de águas residuais municipais serve 81% dos alojamentos.

A boa execução do PDMMC dependerá significativamente da materialização do abastecimento em 56 áreas do município tidas como estratégicas para a classificação do solo.

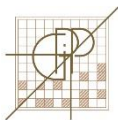
**Tabela 5: Capacidade de carga da infraestrutura de drenagem de águas residuais**

Áreas programadas com fins habitacionais	Espaço geográfico	Capacidade de carga em n.º de habitantes potenciais	Sistema de saneamento
AI01	Lamalonga	19	Lamalonga (independente)



Áreas programadas com fins habitacionais	Espaço geográfico	Capacidade de carga em n.º de habitantes potenciais	Sistema de saneamento
AI02	Lamalonga	5	Lamalonga (independente)
AI03	Espadanedo, Edroso, Murços e Soutelo Mourisco	5	Espadanedo (independente)
AI04	Arcas	15	Arcas (independente)
AI05	Arcas	10	Arcas (independente)
AI06	Arcas	10	Arcas (independente)
AI07	Arcas	10	Arcas (independente)
AI08	Ala e Vilarinho do Monte	5	Meles (independente)
AI9	Ala e Vilarinho do Monte	27	Ala (independente)
AI10	Ferreira	5	Comunhas (independente)
AI11	Amendoeira	5	Amendoeira (independente)
AI12	Podence e Santa Combinha	10	Santa Combinha
AI13	Podence e Santa Combinha	14	Santa Combinha
AI14	Podence e Santa Combinha	20	Santa Combinha
AI15	Lamas	15	Lamas (independente)
AI16	Amendoeira	12	Macedo de Cavaleiros
AI17	Amendoeira	20	Macedo de Cavaleiros
AI18	Sezulfe	20	Sezulfe (independente)
AI20	Macedo de Cavaleiros	30	Macedo de Cavaleiros
AI21	Vale de Prados	10	Vale de Prados
AI22	Vale de Prados	15	Vale da Porca (independente)
AI23	Vale da Porca	4	Vale da Porca (independente)
AI24	Salselas	10	Salselas (independente)
AI25	Vinhas	5	Castro Roupal (independente)
AI26	Vinhas	10	Castro Roupal (independente)
AI27	Talhas	8	Talhas (independente)
AI28	Talhas	5	Talhas (independente)
AI29	Talhas	39	Talhas (independente)
AI30	Talhas	33	Talhas (independente)
AI31	Morais	16	Morais
AI32	Morais	15	Morais
AI33	Lombo	10	Lombo (independente)
AI34	Lombo	20	Lombo (independente)
AI35	Peredo	20	Peredo (independente)
AI36	Chacim	5	Chacim (independente)
AI37	Olmos	10	Olmos (independente)
AI38	Macedo de Cavaleiros	25	Macedo de Cavaleiros
AI39	Cortiços	25	Cortiços (independente)
AI40	Cortiços	10	Cortiços (independente)
AI41	Grijó	10	Carrapatas
AI42	Grijó	10	Carrapatas
AI43	Vale Benfeito	25	Vale Benfeito
AI44	Vale Benfeito	10	Vale Benfeito
AI45	Bornes e Burga	10	Bornes
AI46	Bornes e Burga	10	Bornes
UOPG03	Macedo de Cavaleiros	168	Macedo de Cavaleiros
UOPG04	Macedo de Cavaleiros	338	Macedo de Cavaleiros
UOPG05	Macedo de Cavaleiros	472	Macedo de Cavaleiros
UOPG06	Macedo de Cavaleiros	145	Macedo de Cavaleiros
UOPG07	Macedo de Cavaleiros	213	Macedo de Cavaleiros





Áreas programadas com fins habitacionais	Espaço geográfico	Capacidade de carga em n.º de habitantes potenciais	Sistema de saneamento
UOPG08	Macedo de Cavaleiros	269	Macedo de Cavaleiros
UOPG09	Macedo de Cavaleiros	162	Macedo de Cavaleiros
UOPG10	Macedo de Cavaleiros	219	Macedo de Cavaleiros
UOPG11	Macedo de Cavaleiros	590	Macedo de Cavaleiros
UOPG12	Macedo de Cavaleiros	293	Macedo de Cavaleiros
UOPG13	Talhinhas e Bagueixe	51	Bagueixe (independente)

Fonte: Elaboração própria

A definição de 4 anos para a execução das infraestruturas envolveu a articulação com a entidade gestora desta infraestrutura.

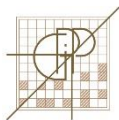
Não se prevê a necessidade de novas infraestruturas face ao crescimento expetável da população promovido pelas necessidades das áreas de execução programada de 3600 habitantes, aproximadamente.

No que respeita às ETAR, estima-se que estas possuam capacidade instalada suficiente para assegurar o tratamento das águas residuais geradas pelas áreas de execução programada, de acordo com a seguinte distribuição.

**Tabela 6: Capacidade de carga por sistema de saneamento por motivos de execução das áreas de execução programada**

Sistema de saneamento em causa	Potenciais habitantes a servir, para além da capacidade instalada
Ala (independente)	+27
Amendoeira (independente)	+5
Arcas (independente)	+45
Bagueixe (independente)	+51
Bornes	+20
Carrapatas	+20
Chacim (independente)	+5
Castro Roupal (independente)	+15
Comunhas (independente)	+5
Cortiços (independente)	+35
Espadanedo (independente)	+5
Lamalonga (independente)	+24
Lamas (independente)	+15
Lombo (independente)	+30
Macedo de Cavaleiros	+2957
Meles (independente)	+5
Morais	+31
Olmos (independente)	+10
Peredo (independente)	+20
Salselas (independente)	+10
Santa Combinha	+44
Sezulfe (independente)	+20
Talhas (independente)	+85
Vale Benfeito	+35
Vale da Porca (independente)	+19
Vale de Prados	+10

Fonte: Elaboração própria



## DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

A capacidade de carga introduzida pelo PDMMC e retratada nos subcapítulos anteriores é compatível com a rede de infraestruturas existentes.



### Declaração

Sérgio David Ramos Borges, Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a), do n.º 1 artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e para efeitos do disposto na alínea b), do número 3, do artigo 72.º, do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e na alínea c), do número 3, do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, declara que os sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem de águas residuais em funcionamento, ou a adotar no município de Macedo de Cavaleiros, dão resposta às necessidades previstas para a globalidade da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal.

Município de Macedo de Cavaleiros, 4 de fevereiro de 2026.



Sérgio David Ramos Borges

Simultaneamente, em termos de investimento financeiro realizado nos últimos 5 anos em manutenção de infraestruturas, verifica-se que, em média e por ano, houve um investimento de 348 mil euros. Este indicador, face aos 238 mil euros/anuais necessários para a execução das áreas a infraestruturar nos próximos quatro anos, enquadra-se no padrão de investimento desenvolvido pelo MMC nos últimos anos.



Paralelamente, importa salientar que, no âmbito da aprovação da operação urbanística, poderá ser o particular o responsável pela execução, o que desonera o investimento direto da parte da entidade gestora.

Relativamente às UOPG, a especificidade da sua execução poderá, em alguns casos, dispensar a intervenção direta do MMC neste aspeto. Ainda assim, atendendo ao histórico de investimento reportado e à folga existente, é possível acomodar o investimento necessário para a sua concretização. Este enquadramento reforça a importância conferida pelo MMC na execução das UOPG, de forma a ser conseguida uma melhor execução dos objetivos do PDMMC.

### **8.3. Distribuição de energia elétrica**

A transmissão e distribuição de energia elétrica em Macedo de Cavaleiros abarca a Rede Nacional de Transporte de Eletricidade e toda a cadeia de distribuição até à escala do arruamento. No entanto, nessa distribuição não se preveem grandes alterações e investimentos de novas infraestruturas.

Contudo, novas necessidades poderão ser garantidas em qualquer parte do território, conforme no art. 21.º do Regulamento.

Cumulativamente, na atualidade verifica-se também a aposta de circuitos autónomos de produção elétrica, de modo a reduzir a pegada ecológica do consumo e garantir a fiabilidade de fornecimento de energia, reduzindo dependências.

No âmbito da Revisão do PDMMC, inclusive, incentiva-se o desenvolvimento de explorações de recursos energéticos renováveis (art. 22.º do Regulamento), contribuindo assim para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.



## 9. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

De acordo com o PNPOT estão identificadas as seguintes vulnerabilidades críticas: incêndio rural, elevada frequência de ocorrência de seca e desertificação do solo. Em complemento, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Quente Transmontana (PIAAC TQT) identificou as vulnerabilidades atuais e futuras para este território:

- **Vulnerabilidades atuais**

- Precipitação excessiva:

- *As principais consequências relacionadas com os eventos de precipitação excessiva estão maioritariamente relacionadas com a ocorrência de cheias e inundações (principalmente no concelho de Mirandela).*
- *Foram ainda registados danos para as cadeias de produção: afetação de culturas frutícolas e hortícolas e inundação de terrenos agrícolas.*
- *Cortes de vias, entre as quais o IP2 entre Macedo de Cavaleiros/Vila Flor e a EN102-1.*

- Ondas de calor:

- *Os principais impactos resultantes de temperaturas elevadas/ondas de calor registados na região foram os danos nas cadeias de produção: quebra na produção e qualidade da azeitona, quebra na produção de uva e maçã e afetação da produção pecuária.*
- *Alteração nos ecossistemas: afetação dos povoamentos florestais de castanheiro e antecipação de culturas e colheitas.*
- *Incêndios florestais, estando Macedo de Cavaleiros entre os mais atingidos.*

- Secas:

- *Os principais impactos resultantes das secas registados na região foram os danos nas cadeias de produção: escassez de água para a agricultura e pecuária e afetação da produção de castanhas, azeite, cereja e mel.*

- **Tendências e vulnerabilidades futuras**

- Temperatura

- *Aumento médio de 1,6.ºC, da temperatura média anual e sazonal;*
- *Aumento significativo das temperaturas máximas nos meses de verão e outono que pode chegar aos 5.ºC;*
- *Aumento do número médio de dias muito quentes e noites tropicais;*
- *Ondas de calor mais intensas e frequentes;*
- *Distribuição espacial: é expectável um aumento da temperatura nos municípios de Mirandela e Macedo de Cavaleiros, no outono.*

- Precipitação

- *Aumento (até meio do século), da precipitação média anual;*

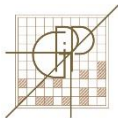


- *Diminuição anual do número médio de dias de chuva (precipitação sazonal: dias com precipitação  $\geq 1\text{mm}$ );*
- *Potencial aumento no inverno;*
- *Aumento da ocorrência de episódios de precipitação extrema com um aumento da intensidade horária de precipitação.*

**Tabela 7: Adoção de medidas relacionadas com as Alterações Climáticas**

<b>Adoção de medidas relacionadas com as Alterações Climáticas</b>	<b>O PDMMC</b>
Sugere-se um articulado que preveja, sempre que tecnicamente possível, a arborização e passeios nas vias que confrontem com espaço urbano.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promove a arborização dos arruamentos em sede regulamentar (Regulamento, art. 79.º)</li><li>- Define as espécies florestais a privilegiar (Regulamento, ANEXO IV)</li><li>- Caracteriza na EEM, mais concretamente na componente da EEUS (Relatório, subcapítulo 4.1 e Planta da EEM)</li></ul>
Nas ações arborização/criação de espaços verdes da responsabilidade da Câmara Municipal deverá favorecer-se a utilização de espécies autóctones, melhor adaptadas ao solo e ao clima.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Identifica as espécies arbóreas a privilegiar no Regulamento (ANEXO IV)</li></ul>
Na execução das UOPG que intersetem linhas de água deverá ser incluído nos conteúdos programáticos a obrigatoriedade dessas áreas integrarem as áreas de cedência, promovendo assim a sua manutenção e/ou reabilitação para espaço de utilização coletiva.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Nas áreas programadas com fins habitacionais e que se destacam pela sua centralidade obriga o desenvolvimento do conceito do jardim de proximidade (Regulamento, ANEXO VIII)</li></ul>
Só deverá ser permitida a instalação de empresas nos espaços destinados às atividades económicas após a implementação das redes de infraestruturas e dos equipamentos necessários à garantia de um funcionamento compatível com a sustentabilidade ambiental.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Tem como requisito obrigatório para o licenciamento de determinada operação urbanística em solo urbano pelo art. 24.º do RJUE</li></ul>
Deverá ser assegurada a definição e salvaguarda dos corredores ripícolas que permitam, juntamente com as áreas verdes de utilização coletiva e outras áreas com interesse ecológico, a definição de um <i>continuum naturale</i> em todo o MMC.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Integra a servidão e restrição de utilidade pública REN e o sistema leito, curso de margens (LCA) na EEM, o que obriga a ter um conjunto de restrições que procuram essencialmente inibir a existência de quaisquer obstáculos à circulação do sistema hídrico no território de Macedo de Cavaleiros</li><li>- Tem como desígnio estratégico a salvaguarda dos corredores naturais na classificação do solo (Relatório, subcapítulo 3.1)</li></ul>
Nas situações de ampliação de edificações existentes em áreas inundáveis deverá ser assegurado que a cota de soleira da área ampliada/construída é superior à cota de cheia definida na proposta.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Contempla no Regulamento (art. 65.º)</li></ul>
O PDMMC deverá conter incentivos à aplicação de medidas que promovam a eficiência na utilização da água e a sua reutilização. De igual modo deverão ser favorecidas as medidas de aumento de eficiência energética dos edifícios incluindo a produção de energia a partir de fontes renováveis.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Contempla no Regulamento (art. 2.º)</li></ul>
Sugere-se que, sempre que possível, as áreas de domínio hídrico em solo urbano sejam integradas em espaço verde urbano.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Integra a servidão e restrição de utilidade pública REN e o sistema leito, curso de margens (LCA) na EEM, o que obriga a ter um conjunto de restrições que procuram inibir a existência de quaisquer obstáculos à circulação do sistema hídrico no território de Macedo de Cavaleiros</li></ul>
Reforçar as medidas e regras relacionadas com as alterações climáticas nas duas vertentes de mitigação e de adaptação.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Não admite construção nas zonas ameaçadas pelas cheias (aplicação do regime da REN)</li></ul>
Reforçar a criação de zonas verdes e respetiva modelação do terreno que facilite a infiltração de água.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Obriga a criação de jardins de proximidade nas áreas programadas para fins habitacionais (Regulamento, ANEXO VIII)</li></ul>





<b>Adoção de medidas relacionadas com as Alterações Climáticas</b>	<b>O PDMMC</b>
Reduzir ao mínimo a impermeabilização dos espaços exteriores, com a adoção de pavimentos em materiais permeáveis no espaço privado e no espaço público e, sempre que possível, prever a aplicação de pavimentos permeáveis e porosos.	- O índice de impermeabilização das operações urbanísticas definido foi ajustado à realidade de cada aglomerado
Prevenção dos incêndios rurais.	- Obriga-se ao cumprimento do PMDFCI (Regulamento, art.s 27 ao 46) - Tem peças gráficas associadas ao fenómeno extremo, nomeadamente, a PC – Perigosidade de Incêndio Rural e PC – Gestão de Fogos Rurais - Não admite habitação em espaço florestal (Regulamento, art. 36.º) - Promove a contenção edificatória da ocupação do solo para fins habitacionais na PO – Classificação e Qualificação do Solo

Fonte: Elaboração própria



## 10. REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO

### 10.1. Contextualização

Um dos princípios a que estão subordinados as políticas públicas e as atuações administrativas em matéria de solos, de ordenamento do território e de urbanismo está plasmado no art. 3.º da Lei de Bases de 2014: *princípio da equidade, assegurando a justa repartição dos benefícios e dos encargos decorrentes da aplicação dos programas e planos territoriais e dos instrumentos de política de solos.*

Em simultâneo, as alíneas b) e e) do art. 8.º da Lei de Bases de 2014 determinam que ao Estado compete o dever de: *garantir a igualdade e transparência no exercício dos direitos e no cumprimento dos deveres relacionados com o solo, designadamente, através do direito de participação e do direito à informação dos cidadãos” e “garantir a sustentabilidade económica das obras indispensáveis à instalação e à manutenção de infraestruturas e equipamentos”.*

É no suporte, essencialmente, destes dois pressupostos que a Lei de Bases de 2014 reserva uma parte significativa do seu texto ao Regime Económico e Financeiro, reservando-lhe 4 capítulos: *Financiamento de infraestruturas urbanísticas, Instrumentos equitativos, Avaliação e Avaliação de programas e planos territoriais.*

É importante referir que o capítulo do regime económico e financeiro elaborado pela Lei de Bases de 2014 não tem reciprocidade no RJIGT ao nível do seu desenvolvimento, isto é, há matérias na Lei de Bases de 2014 que foram “esquecidas” pelo RJIGT, o qual ficou aquém das expectativas que aquela criou. E há matéria em ambos que, por redação hesitante, se apresenta dúbia no que respeita à sua execução. Assim se passa em relação ao FMSAU, previsto na Lei de Bases de 2014 e omissa no RJIGT, ou quanto à escala da redistribuição de benefícios e encargos, que na Lei de Bases de 2014 tem como referência o território abrangido por UOPG e unidades de execução, *aplicando-se a todas as operações sistemáticas e não sistemáticas, concretizando a afetação das mais-valias decorrentes do plano, sendo claro que essa redistribuição abrange a totalidade do território municipal onde o PDMMC gera mais-valias.* Tal como refere o n.º 2 do art. 68.º da Lei de Bases de 2014, *as mais-valias originadas pela edificabilidade estabelecida em plano territorial são calculadas e distribuídas entre os proprietários e o Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística.*



Já no RJIGT, parece limitar-se apenas às unidades de execução, conquanto também determine, tal como para a Lei de Bases de 2014, que o PDMMC deva *identificar as mais-valias fundiárias, bem como a definição dos critérios para a sua parametrização e redistribuição*. E em relação à redistribuição das mais-valias o RJIGT nada mais refere, conquanto pareça evidente que o seu âmbito seja a unidade de execução.

Na justificação das opções tomadas no PDMMC, recorreremos sobretudo ao disposto na Lei de Bases de 2014, que embora tenha o mesmo valor que o RJIGT na ordem jurídica, apresenta maior coerência no tocante ao regime económico e financeiro.

Neste entendimento, procura-se promover com a atual Revisão do PDMMC, maior equidade na promoção da coesão territorial e assegurar a devida compensação pela intensidade de ocupação do solo.

Para tanto, assume-se como a figura preferencial de execução, as unidades de execução, procurando com este instrumento dar resposta à visão do PDMMC, como também aos pressupostos executórios previstos pelo Capítulo VI do RJIGT.

Foi nestes pressupostos que foi desenvolvido o regime económico e financeiro do PDMMC, Título X do Regulamento, em que são estabelecidos os seguintes instrumentos:

- A constituição do FMSAU;
- A redistribuição dos benefícios e encargos entre os intervenientes na transformação do uso do solo e do seu aproveitamento urbanístico;
- O valor de referência do solo para efeitos de execução do PDMMC;
- A criação de incentivos.

### **10.2. Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística**

A Lei de Bases de 2014 dispõe no n.º 4 do art. 62.º: *Os municípios devem constituir um fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística, ao qual são afetas receitas resultantes da redistribuição de mais-valias, com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, sem prejuízo do*



*município poder afetar outras receitas urbanísticas a este fundo, com vista a promover a criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos ou áreas de uso público.*

A criação do FMSAU permite aos municípios a consignação de receitas para os fins ambientais, urbanísticos e de promoção das políticas públicas de habitação e de reabilitação urbana que o FMSAU determinar em regulamento administrativo próprio.

A possibilidade desta consignação é essencial à sustentabilidade financeira do PDMMC, sobretudo, quando estão em causa operações fundamentais como seja a realização das infraestruturas urbanísticas indispensáveis à ocupação do solo urbano ou a compensação dos serviços de ecossistemas.

O PDMMC dedica o art. 87.º ao FMSAU, procurando enquadrar a sua constituição e indicando os objetivos, as receitas e os encargos que devem ser ponderados no desenvolvimento do respetivo regulamento administrativo.

O impacto do FMSAU depende da força financeira que lhe vier a ser conferida, podendo ser-lhe alocadas verbas financeiras da dinâmica de impostos municipais, intrinsecamente associadas à cobrança por motivos de utilização do solo, em que as compensações pelas não cedências, o IMI, a TMU, o IMT e até o IUC serão decisivos para dar ganhos de escala ao FMSAU, que servirá diretamente os desígnios impostos pela atual Revisão do PDMMC.

Este tema é também abordado no subcapítulo 2.2. do Plano de Financiamento.

### **10.3. Redistribuição de benefícios e encargos**

Sobre a redistribuição de benefícios e encargos, a Lei de Bases de 2014 dispõe no art. 64.º: *1 - Todas as operações urbanísticas sistemáticas e não sistemáticas estão sujeitas ao regime económico-financeiro regulado nos termos da lei e dos artigos seguintes.*

*2 - Os planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal contêm instrumentos de redistribuição equitativa de benefícios e encargos deles resultantes.*

*3 - A redistribuição de benefícios e encargos a efetivar no âmbito dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal toma por referência unidades operativas de planeamento e gestão, bem como unidades de execução, considerando a globalidade de território por eles abrangida.*



*4 - A redistribuição de benefícios e encargos a efetivar nos termos do número anterior, aplica-se a todas as operações urbanísticas sistemáticas e não sistemáticas que ocorram no território em causa, concretizando a afetação das mais-valias decorrentes do plano ou de ato administrativo.*

*5 - A redistribuição de benefícios e encargos a efetivar no âmbito de unidades de execução ou de outros instrumentos de programação determina a distribuição dos benefícios e encargos pelo conjunto dos respetivos intervenientes.*

*6 - Para efeitos do disposto nos números anteriores, os planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal fundamentam o processo de formação das mais-valias fundiárias e definem os critérios para a sua parametrização e redistribuição.*

No entanto e de acordo com a Lei de Bases de 2014, a perequação não se cinge só à edificabilidade, mas também aos serviços de ecossistemas, para os quais ainda assim e indiretamente a edificabilidade acaba por contribuir, por exemplo, com a regulação de intensidade da ocupação do solo. Na proposta de classificação do solo estão, desde já, definidos quais os ecossistemas a proteger e a necessitarem de mecanismos de compensação, fazendo valer a função ambiental do solo.

Mas perante a ausência de uma compensação ambiental sustentada e defensável a nível nacional e regional, será pela edificabilidade que se procurará promover os devidos equilíbrios. A questão que se colocou, então, no PDMMC em relação à redistribuição dos benefícios e encargos e, concomitantemente, à redistribuição das mais-valias geradas pelo PDMMC, foi a da escala dessa redistribuição, ou seja, da sua abrangência. Sem dúvida que as unidades de execução são a escala imediata da sua aplicação, como informa o atual RJGT nos art. 176.º a 183.º, conquanto a Lei de Bases de 2014 o admita nas UOPG, embora sem definir – e bem – a dimensão dessas UOPG.

Para este efeito, a edificabilidade média, a que se refere o art. 90.º do Regulamento, será a referência para os mecanismos perequativos.

Pese embora a atribuição da edificabilidade seja um ato administrativo (tal como o referido no art. 9.º da Lei de Bases de 2014), reconhece-se que o território tem um passado edificatório que não esteve subjugado desde sempre a princípios edificatórios redistributivos.





O PDMMC assume, do modo que se expôs, que esses princípios acontecerão nas áreas em que é o próprio a conceder faculdades urbanísticas, desde que possam ser, por razões urbanísticas, diferentes e associadas a uma dinâmica urbana com significado. Assim, em áreas onde a dinâmica imobiliária apresenta maior pressão urbanística e naquelas que procuram suprir necessidades coletivas, entre as quais as ambientais e sociais, este mecanismo perequativo será útil para conseguir dar uma resposta efetiva às necessidades do território.

É neste sentido que as futuras áreas a reclassificar para solo urbano e a estruturar são as áreas com maior apetência à aplicação dos processos de redistribuição de benefícios e encargos e à variabilidade de edificabilidades referidas no 96.º do Regulamento.

Mas já os encargos de urbanização, incluindo a cedência média, abrangem toda e qualquer operação urbanística a realizar em solo urbano, seja ela sistemática ou não sistemática.

Os encargos urbanísticos incluem não apenas os encargos de urbanização local, mas também os de urbanização geral, compreendendo as vias distribuidoras principais, as redes gerais de abastecimento de água e drenagem de esgotos residuais (redes em alta), os equipamentos e as áreas verdes públicas supralocais.

#### **10.4. Mecanismos de execução**

Não obstante do referido no subcapítulo 3.3 do presente Relatório e no Relatório de Programação e execução, importa salientar outros mecanismos de execução que a atual Revisão do PDMMC introduzirá para ajudar a materialização da visão.

#### **AVALIAÇÃO DO SOLO**

No tocante ao capítulo Avaliação, há a registar o disposto no art. 68.º da Lei de Bases de 2014: *1 - O valor do solo obtém-se através da aplicação de mecanismos de regulação económico-financeiros, a definir nos termos da lei, tendo em conta a política pública de solos, do ordenamento do território e de urbanismo, que incluem, designadamente, a redistribuição de benefícios e encargos decorrentes de planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal, nos termos da lei.*



*2 - As mais-valias originadas pela edificabilidade estabelecida em plano territorial são calculadas e distribuídas entre os proprietários e o fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística.*

Ainda neste capítulo há que destacar o conteúdo do n.º 2 do art. 71.º da Lei de Bases de 2014: *2 - A avaliação do solo urbano atende:*

*a) Ao valor correspondente ao aproveitamento ou edificabilidade concreta estabelecidos pelo plano aplicável ou, na sua ausência, ao valor referente à edificabilidade média definida no plano territorial de âmbito intermunicipal ou municipal, deduzidos os valores de cedência média por via perequativa, nos termos legais;*

*b) Ao valor do edificado existente no seu estado atual bem como, quando seja esse o caso, o valor dos ónus e deveres previstos para realização da edificabilidade concreta prevista no plano territorial de âmbito intermunicipal ou municipal.*

Neste contexto, toda e qualquer operação urbanística deve ter por base uma avaliação do solo que permita parametrizar encargos e benefícios das ações que forem nela desenvolvidas, sendo utilizada como referência a edificabilidade média, os encargos urbanísticos associados e a mais-valia gerada pela operação urbanística.

Efetivamente, a Lei de Bases de 2014 procura que exista apenas uma avaliação da propriedade e não três, como atualmente se passa, em que há uma avaliação para efeitos de expropriação, uma outra para efeitos de tributação imobiliária e ainda outra para fins de ordenamento do território e urbanismo.

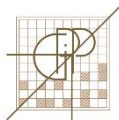
Na execução do PDMMC e sem prejuízo do disposto no Código de Expropriações, o valor de um prédio em solo urbano deve ser função da edificabilidade média da categoria de espaço em que o prédio se situa. É isso que se pretende com o art. 91.º do Regulamento.

## **INCENTIVOS**

Os incentivos identificados no art. 97.º do Regulamento terão como resultado, preferencialmente, benefícios fiscais e económicos, sem prejuízo de poderem assumir-se como acréscimo da área de construção, desde que tal não resulte em desconformidade com a envolvente do local onde se situa a intervenção.



Para o devido efeito do estabelecido como estratégico e bonificado para a execução das operações urbanísticas, recomenda-se a revisão do Regulamento Municipal Urbanístico e de Compensações (Regulamento n.º 90/2018, de 2 de fevereiro).



## 11. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de 2020 inicia uma nova era nos procedimentos que ordenam o território. Esta figura de monitorização e avaliação, segundo o art. 189.º do RJIGT, deve ser publicada de 4 em 4 anos e conforme os resultados que daí advierem verifica-se a necessidade ou não de Revisão do PDMMC.

Assim sendo, o PDMMC, a par da sua Avaliação Ambiental Estratégica, define um conjunto de indicadores que devem ser acautelados em futuros Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território, admitindo-se que sejam complementados com outros indicadores tidos como pertinentes para uma melhor aferição do momento de monitorização/avaliação do presente IGT.

### INDICADORES MACRO

**Tabela 8: Indicadores macro**

Tema	Indicador	Fonte
Contexto físico	Extensão em km dos recursos hídricos alvo de requalificação ambiental	MMC
	N.º de pedidos de inutilização do solo em área de Reserva Agrícola Nacional	MMC
	N.º de pedidos de exclusão do solo em área de Reserva Ecológica Nacional	MMC
Património	Estado de conservação do património inventariado	MMC
Demografia	N.º da população residente	INE
	Densidade populacional em km²	INE
	Proporção da população por grupos etários	INE
Economia	Evolução do N.º de desempregados inscritos nos centros de emprego (média anual)	Pordata
	N.º de alunos matriculados no ensino superior e profissional	Pordata
	N.º de dormidas nos empreendimentos turísticos	INE
	Evolução do IMI	MMC
	Evolução do N.º de empresas relacionadas com os setores intensivos em tecnologia ou conhecimento	INE
Parque habitacional e dinâmica construtiva	N.º de fogos licenciados por tipologia	INE
	Valor mediano das rendas em euros por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	INE
	N.º de intervenções realizadas nos edifícios concluídos para efeitos de reabilitação	INE
	N.º de fogos para habitação social ou outros regimes com intervenção pública	MMC
	Volume em euros dos benefícios fiscais promovidos pelas Áreas de Reabilitação Urbana	MMC
Infraestruturas	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente	INE
	Proporção de alojamentos com abastecimento de água	INE
	Proporção de alojamentos com drenagem de água residuais	INE
Ocupação do Solo	Proporção de território artificializado	DGT
	N.º de realocações de unidades empresariais para espaços de atividades industriais	MMC
	Proporção de solo urbano não edificado	MMC
	Proporção de propostas concretizadas no âmbito do Programa e Execução do PDMMC	MMC
	Proporção de propostas concretizadas no horizonte temporal previsto no âmbito do Programa e Execução do PDMMC	MMC
	Proporção de propostas concretizadas com a estimativa financeira prevista no âmbito do Programa e Execução do PDMMC	MMC
	N.º de incêndios rurais	ICNF



Tema	Indicador	Fonte
Riscos Naturais e Tecnológicos	Área ardida	ICNF

Legenda: DGT – Direção Geral do Território/ ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas/

INE – Instituto Nacional de Estatística/ MMC – Município de Macedo de Cavaleiros e respetivas divisões

Fonte: Elaboração própria

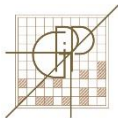
## INDICADORES ESPECÍFICOS

Os indicadores específicos sintetizados no presente subcapítulo complementam a abordagem macro anterior, e que conforme o seu grau de concretização e uma periodicidade de obtenção da informação anual, dão sequência à necessidade ou não de alteração/revisão do IGT.

**Tabela 9: Indicadores específicos**

Tema	Indicador	Fonte
Contexto físico	N.º de desabamentos de terras	MMC
Demografia	Evolução da população residente no período intercensitário	INE
	Evolução do saldo fisiológico e migratório	INE
	Evolução da taxa de natalidade e de mortalidade	INE
	Evolução da população residente estrangeira	AIMA
	Evolução do índice de envelhecimento	INE
Economia	Variação do N.º de alunos matriculados por nível de ensino	INE
	N.º da população ativa potencial (15-64 anos) no período intercensitário	INE
	Evolução do ganho médio mensal	INE
	Evolução do poder de compra per capita	INE
	Proporção do volume de negócios no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca no total do município	INE
	Proporção do pessoal ao serviço no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca no total do município	INE
	Variação do volume de negócios das empresas	INE
Parque habitacional e dinâmica construtiva	Proporção de edifícios concluídos e licenciados por tipo de obra (construção nova e reabilitação) – por freguesia	INE
	Evolução dos alojamentos familiares clássicos	INE
	Valor médio transacionado por prédio urbano	INE
	N.º de edifícios novos e reabilitados com certificação energética A	MC
Equipamentos	Evolução do N.º de estabelecimentos de ensino por ciclo de estudo	INE
	Evolução do N.º de equipamentos de saúde	ULS
	Rácio do N.º de farmácias por habitante	INE
	Rácio do N.º de enfermeiros por habitante	INE
	Rácio do N.º de médicos por habitante	INE
	Evolução do N.º de equipamentos sociais	SS
	Evolução do N.º de equipamentos desportivos	MMC
	Evolução do N.º de equipamentos administrativos e proteção civil	MMC
Mobilidade e Transportes	Evolução da taxa de motorização	ASSFP
Infraestruturas	Evolução do consumo de eletricidade	INE
	Evolução do consumo de gás natural	INE
	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)	INE
	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/ hab.)	INE
Ocupação do Solo	N.º de processos urbanísticos segregados por tipo de obra (construção nova e reabilitação)	MMC
	N.º de processos urbanísticos segregados por destino de obra (comércio, serviços, industrial, empreendimento turístico, habitacional e outros)	MMC
	N.º de unidades de execução em desenvolvimento e aprovadas	MMC





Tema	Indicador	Fonte
	Proporção da urbanização das áreas programadas previstas no total das mesmas	MMC
	Proporção da área ocupada por agricultura no total do município	DGT
	Proporção da área ocupada por floresta e matos no total do município	MMC
	N.º de licenças efetuadas em Reserva Agrícola Nacional	MMC
	N.º de licenças efetuadas em Reserva Ecológica Nacional	MMC
	Proporção da área a excluir do Aproveitamento Agrícola de Macedo de Cavaleiros com procedimento concluído	MMC
Estrutura Ecológica	N.º e descrição das ações que contribuíram para as Orientações de gestão da EEM	MMC
	Evolução da área ocupada por espécies arbóreas autóctones	DGT
	Evolução da área ocupada por povoamentos florestais de eucalipto	DGT
	Evolução de galerias ripícolas associadas aos cursos de água	DGT
Riscos Naturais e Tecnológicos	Evolução da precipitação total em milímetros, na Estação Meteorológica de referência (Bragança e Porto – média)	Pordata
	Evolução do N.º de dias sem chuva, na Estação Meteorológica de referência (Bragança e Porto – média)	Pordata
	Evolução do N.º de dias com onda de calor, na Estação Meteorológica de referência (Bragança e Porto – média)	Pordata

Legenda: AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo/ ASSFP – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões/ DGT – Direção Geral do Território/ ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas/ INE – Instituto Nacional de Estatística/ MMC – Município de Macedo de Cavaleiros e respetivas divisões/ SS – Segurança Social/ ULS – Unidade Local de Saúde

Fonte: Elaboração própria



## 12. INTENÇÕES REGULAMENTARES

### *DISPOSIÇÕES GERAIS*

No Título I do REG, o mais importante e que pode gerar alguma questão, reside na definição de alguns conceitos que constam do art. 5.º:

- A cedência média surge como mecanismo perequativo de escala geral, isto é, abrangente de todas as operações urbanísticas que se realizem no território municipal, tal como dispõe o art. 182.º do RJIGT. Compreende, assim, não apenas as cedências a considerar na área de intervenção da operação urbanística em causa, mas também as cedências gerais e que contribuem para a qualificação do território municipal e, indiretamente, da operação urbanístico em apreço.
- Os conceitos de frente urbana, moda da altura da fachada e colmatção e correspondem a parâmetros urbanísticos ou a situações factuais que são adotados na regulamentação da edificabilidade do solo.

### *SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA*

No Título II do Regulamento é intenção inventariar as servidões existentes no MMC. Maior detalhe das mesmas consta no capítulo seguinte.

### *USO DO SOLO*

No Título III do REG:

- Reforça-se a componente da inserção *urbanística* e paisagística como critério primeiro na determinação da edificabilidade de um prédio e atribui-se ao proponente da operação urbanística a responsabilidade da sua demonstração.
- Introduce-se um artigo relativo ao à exploração de recursos energéticos renováveis com a intenção de regular os parques fotovoltaicos, sobretudo, na sua dimensão e localização.
- É opção do PDMMC garantir que as preexistências que não se conformem com a nova disciplina que o PDMMC impõe, não sejam por esse facto prejudicadas, garantido a possibilidade de alteração de uso e a ampliação, desde que haja redução da desconformidade.
- A % de ampliação admitida em qualquer operação urbanística garante sempre a melhoria da salubridade, segurança e acessibilidade do edifício.



- A disposição relativa à demolição de edifícios procura promover a reabilitação urbana em detrimento da construção nova, fomentando assim a contenção urbana e a economia circular.

## SOLO RÚSTICO

No Título IV do Regulamento a intenção da sua redação é:

- Manter os princípios do PDMMC que antecedeu a esta Revisão.
- Garantir que a atividade turística, como complemento do uso dominante, seja uma constante.
- Regular a atividade florestal, densificando a regulamentação das ações de arborização e rearborização;
- Não admitir nova construção para a habitação, atendendo à imposição do n.º 4 do art. 18.º do DR n.º 15/2015 não admitir habitação como utilização compatível com o uso dominante, mas também a diretriz n.º 74 do PNPT com a seguinte redação: *Travar a artificialização do solo, adequar a extensão do solo urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico. O solo rústico deve tendencialmente limitar-se a acolher as atividades económicas relacionadas com as utilizações que lhe são próprias, seguindo as diretrizes que, para o efeito, estejam contempladas nos Programas Regionais. Por outro lado, as novas construções destinadas a habitação, devem cingir-se ao solo urbano, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa, nestas últimas nos termos das orientações dos Programas Regionais e salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes.*

## SOLO URBANO

No Título V do Regulamento a intenção da sua redação é a seguinte:

- Reforça-se a inserção urbanística e paisagística como primeiro critério na edificabilidade em solo urbano.
- Definem-se os usos dominantes, complementares e compatíveis para cada categoria de espaço do solo urbano.
- Impõe-se a obrigatoriedade do cumprimento de uma % máxima de impermeabilização do solo.
- O n.º de pisos máximo admitido é em função da altura máxima da edificação que se pretende para as diferentes categorias e resultam dos já admitidos como dominantes. Interessante é a possibilidade de qualquer edificação de habitação poder ter dois pisos.



## **SALVAGUARDAS**

No Título VI do Regulamento é intenção dar resposta ao solicitado pela Administração Central e Local na salvaguarda de interesses específicos.

## **REDE DE TRANSPORTES**

No Título VII do Regulamento é intenção caracterizar o sistema de conectividade e enquadrá-lo na política de ordenamento do território do MMC.

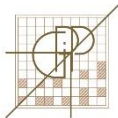
## **PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO**

No Título VIII do Regulamento a intenção da sua redação é a seguinte:

- Definem-se as áreas de execução programada em clara e inequívoca concordância com a legislação vigente.
- Aposta na execução sistemática do PDMMC, nomeadamente, nas áreas de execução programada. Esta execução implica a formulação de unidades de execução que têm o seguinte encadeamento para a sua formalização.

**Tabela 10: Orientação para a elaboração de unidades de execução**

<b>Informação a ter em conta</b>	<b>Como se desenvolve?</b>
Considerações gerais	A delimitação de uma unidade de execução corresponde ao processo através do qual a câmara procede à delimitação da área que considera adequada à realização de uma operação urbanística e que corresponde, em regra, a um conjunto de parcelas pertencentes a vários proprietários
	O procedimento de delimitação de uma unidade de execução
Delimitação da unidade de execução	Preparação da proposta: o início do procedimento de delimitação de uma unidade de execução pressupõe, como passo prévio indispensável, a preparação da respetiva proposta, em acordo com o art. 148.º do RJIGT
	A delimitação da unidade de execução é sempre da responsabilidade (competência) da Câmara Municipal, podendo, porém, o respetivo procedimento ser da sua própria iniciativa ou desencadeado mediante requerimento/petição dos proprietários interessados (n.º 2 do art. 147.º do RJIGT)
	No caso de a iniciativa pertencer à câmara, é aconselhável que ela seja precedida de auscultação e tentativa de concertação com os proprietários
	O início do procedimento é formalizado por deliberação da câmara municipal sobre a proposta da unidade de execução
	Tal deliberação é sujeita a discussão pública nas situações em que não haja plano de urbanização ou PP, a qual obedece às regras da discussão dos planos de pormenor, designadamente quanto a prazos, publicidade e necessidade de elaboração de um relatório de ponderação (n.º 4 do art. 148.º do RJIGT)
	Finda a discussão pública, e ponderados os respetivos resultados, podem ser feitos acertos à proposta de delimitação da unidade de execução. Caso se introduzam alterações que se considerem significativas àquela delimitação, deve proceder-se à repetição da discussão pública, tal como sucede com os planos municipais em geral
	Segue-se a aprovação final da delimitação da unidade de execução, da competência da Câmara Municipal. Tal deliberação deve ser publicitada nos termos gerais das decisões das Autarquias Locais e notificada aos proprietários abrangidos, sob pena de ineficácia
Atos subsequentes	As etapas seguintes, de concretização da unidade de execução dependem do sistema de execução que tiver sido adotado, mas que, por estar em causa a concretização de operações urbanísticas – usualmente uma operação de reparcelamento (loteamento conjunto) e corresponsivas obras de urbanização –, são reguladas pelo RJUE, etapas que se destinam ao licenciamento (se a iniciativa



Informação a ter em conta	Como se desenvolve?
	for dos interessados) ou à aprovação (se se assumir ser a iniciativa da Administração, garantida que esteja a sua legitimidade) das referidas operações
	Nos casos em que a câmara integra a parceria (o que sucederá necessariamente quando o sistema seja o de cooperação), deverá acompanhar o processo, mantendo o apoio e a colaboração que se revelarem necessários, para além do desempenho de todas as suas funções político-administrativas. Isto sem prejuízo de o município poder ser também interessado, o que sucederá quando seja proprietário de terrenos integrados na unidade de execução ou quando os expropriou aos particulares que a ela não quiseram aderir
	Fundamental para que o projeto seja aprovado é a garantia de legitimidade urbanística que é dada pela celebração do contrato de urbanização, onde se procederá à afetação dos encargos de urbanização a investidores e à avaliação dos lotes ou parcelas e distribuição entre investidores, com previsão de eventuais compensações monetárias. Com efeito, apenas caso os proprietários concordem com estes elementos, através da assinatura dos referidos contratos, a operação poderá ser aprovada. Aqueles que o não assinem, não aderindo à unidade de execução, terão de ser expropriados em momento prévio à aprovação do reparcelamento e respetivas obras de urbanização
	Aprovado o projeto de reparcelamento e das respetivas obras de urbanização, será emitido o respetivo título (o alvará), podendo depois iniciar-se a respetiva execução (nos termos definidos no RJUE)

Fonte: Elaboração própria

- A cedência média passa a ser uniforme para todo o território e uso.
- Considerou-se a perequação global aplicável a toda e qualquer operação urbanística dos encargos de urbanização localizada em área a estruturar ou alvo de reclassificação de solo rústico para solo urbano.
- Estabeleceu-se também que para efeitos de expropriação de utilidade pública para execução do PDMMC deve ser considerada a edificabilidade média na avaliação do solo.
- Cria-se uma série de incentivos para dar resposta à programação e execução pretendida pelo PDMMC.

## REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO

No Título IX do Regulamento desenvolve-se o referido no Capítulo 10 do presente relatório.





### **13. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA**

No presente capítulo referenciam-se as servidões administrativas e restrições de utilidade pública existentes no MMC na presente data e que influenciam a concretização do MOT.

Complementarmente, refere-se a legislação aplicável e as principais restrições e condicionalismos ao uso e transformação do solo, não dispensando a leitura dos diplomas legais.

A delimitação das áreas sujeitas a servidão ou restrição deve ser encarada a título indicativo e não substitui as delimitações constantes nos documentos legais que as constituíram (quando é o caso) e que, normalmente, possuem um maior detalhe e rigor, como é exemplo o caso do património cultural.

Da mesma forma a delimitação incorreta ou não delimitação de qualquer servidão nos elementos do PDMMC (anterior ou posterior a este) não prejudica a sua eficácia nos termos em que foi ou vier a ser legalmente constituída.

Na PC – Geral, por vezes e por insuficiência de escala, apenas se identifica o objeto de proteção ou salvaguarda, como são exemplos a rede rodoviária ou os marcos geodésicos. A verificação do respeito pelas zonas de servidão deve ser confirmada caso a caso, com apoio de cartografia a escala adequada.

Por fim, segue-se o inventário.



### **13.1. Recursos naturais**

#### **13.1.1. Recursos hídricos**

##### *DOMÍNIO HÍDRICO*

##### **Enquadramento legal**

- Lei n.º 54/2005, de 29 de dezembro, com as alterações efetuadas até à Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto – Estabelece a titularidade dos recursos hídricos;
- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, com as alterações efetuadas até à Lei n.º 44/2017, de 19 de junho – Aprova a Lei da Água;
- DL n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com as alterações efetuadas até à Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro – Estabelece o RJ de utilização dos recursos hídricos;
- DL n.º 115/2010, de 22 de outubro – Aprova o quadro para avaliação e gestão dos riscos de inundação com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais.

##### **Casos específicos**

As linhas e os cursos de água da REN em vigor.

##### **Observações**

Os cursos de água do Município correspondem a “águas não navegáveis nem fluviáveis”, pelo que a margem corresponde a uma faixa de 10 metros para cada lado da linha limite do leito. Tal só foi aplicado nas linhas ou cursos de água da REN, tendo em conta que as restantes carecem de validação no terreno e a base cartográfica homologada demonstra discrepâncias com a situação existente no território e as Cartas Militares.

Simultaneamente, foi desenvolvido um trabalho de atualização da informação perante a base cartográfica em desenvolvimento.

##### *ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS*

##### **Enquadramento legal**

- DL n.º 107/2009, de 15 de maio – Aprova o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas e lagos de águas públicas;
- Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio – Novo RJ para a proteção e valorização dos recursos hídricos associados às albufeiras, lagoas e lagos de águas públicas, bem como o território envolvente, numa faixa que corresponde à zona terrestre de proteção;
- Portaria 522/2009 DR 94 IS 15-05-2009 – Albufeira de Águas Públicas de Carvalheiros e Albufeira de Águas Públicas do Azibo;
- Portaria 91/2010 20 IS 11-02-2010 – Albufeira do Baixo Sabor (escalão de montante).



### **Casos específicos**

- Albufeira da Carvalheira e Albufeira do Azibo – carácter protegida;
- Albufeira do Baixo Sabor (escalão de montante) – produção de energia, carácter protegida.

### **Observações**

As margens das albufeiras têm a largura de 30 metros, para as águas não navegáveis nem flutuáveis.

Simultaneamente, foi desenvolvido um trabalho de transposição da REN para a base cartográfica.

### **13.1.2. Recursos geológicos**

#### *ÁGUAS MINERAIS NATURAIS*

##### **Enquadramento legal**

- DL n.º 86/90, de 16 de março – Aprova o regulamento das águas minerais.
- Lei n.º 54/2015, de 22 de junho – define o RJ da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional;

### **Casos específicos**

Número de cadastro: PPHM00035 (Contrato (extrato) n.º 285/2021, de 2 de junho).

#### *DEPÓSITOS MINERAIS*

##### **Enquadramento legal**

- DL n.º 182/95, de 27 de julho, alterado pelo DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, republicado pelo DL n.º 340/2007, de 12 de outubro – Define o RJ da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras);
- Lei n.º 54/2015, de 22 de junho – define o RJ da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional;
- DL n.º 30/2021, de 7 de maio – regulamenta a Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais.

### **Casos específicos**

- Pedreiras:
  - Cernadela (n.º 5369);
  - Olmos (n.º 6596);



- Nossa Senhora do Monte n.º 2 (n.º 4842);
- Pedreira da Carva (n.º 5824);
- Vale da Porca (n.º 6513);
- Contrato de prospeção e pesquisa: “Circo”, nº cadastro MNPP00121, por parte da empresa Portugal Fortescue, Unipessoal, Lda., para as substâncias Estanho, Chumbo, Cobre, Lítio, Ouro, Prata, Tungsténio, Zinco, minerais associados.
- Concessões mineiras:
  - Salselas, nº cadastro MNC000058, da empresa MITALCO - Minas de talco de Portugal, Lda., para a substância talco;
  - Prado, nº cadastro MNC000060, da empresa MITALCO - Minas de talco de Portugal, Lda., para a substância talco;
  - Vale da Porca, nº cadastro MNC000059, da empresa MITALCO - Minas de Talco de Portugal, Lda., para a substância talco.

### **13.1.3. Recursos agrícolas e florestais**

#### *RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL*

##### **Enquadramento legal**

- DL n.º 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro – Estabelece o RJ da RAN;
- Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril – Estabelece os limites e condições a observar para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas em RAN.

##### **Casos específicos**

Consta na PC – Geral.

#### *OBRAS DE APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA*

##### **Enquadramento legal**

- DL n.º 269/82, de 10 de julho, na redação que lhe foi dada pelo DL n.º 86/2002, de 6 de abril e alterado pelo DL n.º 169/2005, de 26 de setembro – Define o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola (RJOAH);
- RCM n.º 30/2013, 9 de maio – Classifica os aproveitamentos hidroagrícolas do Vale da Vilarça, da Veiga de Chaves, de Macedo de Cavaleiros, da Campina de Idanha-a-Nova, de Odivelas, do Vale do Sado, do Sotavento Algarvio, do Roxo e do Mira como obras do grupo II;
- Regulamento n.º 93/2015, de 5 de março de 2015 – Regulamento Definitivo do Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros.

##### **Casos específicos**

Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros.



Identificam-se várias situações de sobreposição com a proposta de classificação do solo. Esta sobreposição implica a exclusão do aproveitamento hidroagrícola das seguintes áreas, ficando o processo concluído em procedimento autónomo à publicação do PDMMC.

- Área a excluir por razões de acertos ( $<300 \text{ m}^2$  ou ajuste a infraestruturas rodoviárias) =  $7583,52 \text{ m}^2$ .

- Restante área a excluir =  $414\,466,05 \text{ m}^2$  (41,45 hectares).

**Tabela 11: Áreas a excluir do aproveitamento hidroagrícola, constantes na PO – Salvaguardas**

<b>Código</b>	<b>Área em RAN (em <math>\text{m}^2</math>)</b>	<b>Motivo da exclusão, identificando a área em aproveitamento hidroagrícola (em <math>\text{m}^2</math>)</b>
64d-Ua1	693,36	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (693,17).
64d-Ue2	8138,26	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (8 136).
64d-Ue3	379,90	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (379,76).
64d-Ue4	4577,82	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (4 576).
77b-54	120,43	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (120,06).
77b-58	291,45	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (291,39).
77b-E01	5190,27	Área afeta a equipamento social. Parte da área também a excluir do perímetro de rega (5 003,89).
77b-Ua01	582,30	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (580,55m2).
77b-Ua02	785,96	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (785,64).
77b-Ue01	1998,27	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (1 996,74).
77b-Ue02	2055,05	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (2 051,59).
77b-Ue03	7166,72	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (7 163,51).
77b-Ue04	474,76	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (474,66).
77b-Ue05	1765,19	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (1 007,96).





<b>Código</b>	<b>Área em RAN (em m<sup>2</sup>)</b>	<b>Motivo da exclusão, identificando a área em aproveitamento hidroagrícola (em m<sup>2</sup>)</b>
77b-Ue06	1254,96	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (1 254,56).
77b-Ue07	1658,33	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (1 656).
77b-Ue08	24526,36	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (24 205,48).
77d-Ue01	17426,38	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (17 056,36).
78a-23	134,62	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (134,49).
78a-24	223,15	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (223,09).
78a-155	236,31	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (235,94).
78a-E03	1076,75	Área afeta a equipamento social. Área também a excluir do perímetro de rega (1 074,87).
78a-Ev01	19071,17	Área afeta a espaço verde de utilização coletiva. Área também a excluir do perímetro de rega (19 047,82) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-I01	6946,18	Área em espaços de atividades económicas em solo urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (6 944,05) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ua01	338,90	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (338,64).
78a-Ua02	495,61	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (495,03).
78a-Ua03	460,43	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (458,57) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ua04	554,90	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega e que foi aceite (554,25) a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ua07	695,68	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (694,95).
78a-Ue01	1885,59	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço central. Área também a excluir do perímetro de rega (1 878,23) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue02	3114,64	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (3 108,11) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue03	5548,49	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço central. Área também a excluir do perímetro de rega (5 546,99) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue04	5329,73	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço central. Área também a excluir do perímetro de rega (5 321,65) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue05	13929,81	Área edificada ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser área



<b>Código</b>	<b>Área em RAN (em m<sup>2</sup>)</b>	<b>Motivo da exclusão, identificando a área em aproveitamento hidroagrícola (em m<sup>2</sup>)</b>
		de edificação dispersa. Área também a excluir do perímetro de rega (13 926,64).
78a-Ue06	12519,15	Área edificada ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser área de edificação dispersa. Área também a excluir do perímetro de rega (12 516,29) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue07	17396,40	Área edificada ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser área de edificação dispersa. Área também a excluir do perímetro de rega (9 304,47) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue08	40734,63	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser área de edificação dispersa. Área também a excluir do perímetro de rega (40 725,21).
78a-Ue09	4657,36	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (3883,41).
78a-Ue10	7081,59	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (7 074,1) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue11	3986,09	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço central. Área também a excluir do perímetro de rega (3985,15) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue12	7292,85	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço central. Área também a excluir do perímetro de rega (7 286,82) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue13	3522,06	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço central. Área também a excluir do perímetro de rega (3 520,03) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue14	491,22	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço central. Área também a excluir do perímetro de rega (491,03) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue15	5591,92	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço central. Área também a excluir do perímetro de rega (5 590,26) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Ue16	5567,12	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (5 563,84).
78a-Ue17	2722,27	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (2 719,2).
78a-Ue18	1476,94	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (1 475,08).
78a-Ue19	5616,23	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (5 378,69).
78a-Ue20	13118,14	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (13 114,71).
78a-Ue22	1068,63	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço



<b>Código</b>	<b>Área em RAN (em m<sup>2</sup>)</b>	<b>Motivo da exclusão, identificando a área em aproveitamento hidroagrícola (em m<sup>2</sup>)</b>
		urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (1 068,35).
78a-Ue23	6424,56	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (6 422,88).
78a-Up01	22654,35	Área programada e de execução sistemática que reverterá para solo rústico ao fim do horizonte temporal definido em sede de Regulamento. Área também a excluir do perímetro de rega (22 639,78) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78a-Up02	30707,72	Área programada e de execução sistemática que reverterá para solo rústico ao fim do horizonte temporal definido em sede de Regulamento. Área também a excluir do perímetro de rega (30 686,76) e que foi aceite a excluir já no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros.
78b-Ua01	537,25	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (537,01).
78b-Ua02	826,41	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (618,68).
78b-Ue01	830,19	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (829,92).
78b-Ue02	36309,64	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (28 737,1).
78b-Ue03	2486,03	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (2 485,27).
78b-Ue04	419,77	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (419,59).
78b-Ue05	1912,71	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (1 912).
78c-Ua01	1081,56	Área de aferição/remate do perímetro urbano. Área também a excluir do perímetro de rega (1 080,63).
78c-Ue01	29740,06	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (29 731,55).
78c-Ue02	1103,98	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (1 103,59).
78c-Ue03	6977,06	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (6 975,46).
78c-Ue04	4799,60	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (4 797,03).
78c-Ue05	7036,13	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (7 033,31).
78c-Ue06	7343,89	Área urbana ao abrigo dos critérios delimitados ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com finalidade de ser espaço urbano de baixa densidade. Área também a excluir do perímetro de rega (7 342,19).

Fonte: Elaboração própria



## ***SOBREIRO E AZINHEIRA***

### **Enquadramento legal**

- DL n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado e republicado com o DL n.º 155/2004, de 30 de junho – Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira.

### **Casos específicos**

Áreas das espécies delimitadas na Carta de Ocupação do Solo e/ou povoamentos dispersos ou exemplares isolados no território.

## ***REGIME FLORESTAL***

### **Enquadramento legal**

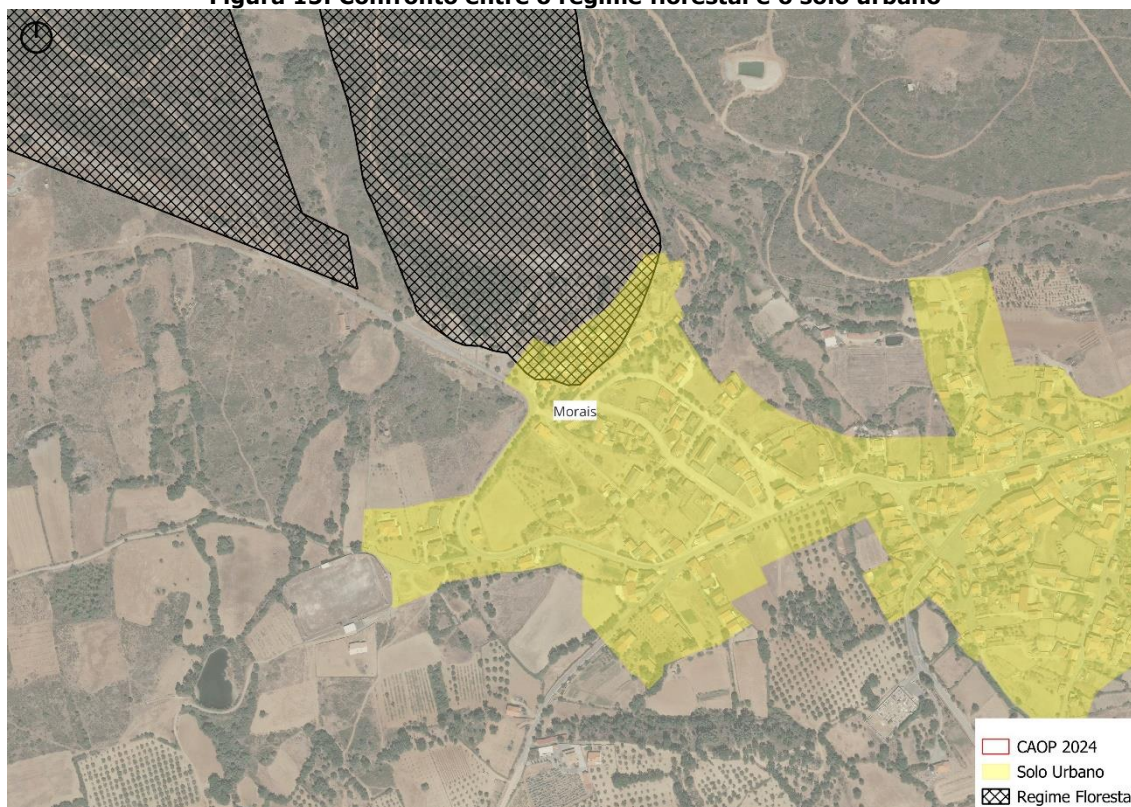
- Decreto de 24/12/1901 – Estabelece o regime florestal;
- Decreto de 24/12/1903 – Regulamento para a execução do regime florestal;
- Decreto de 11/07/1905 – Estabelece instruções sobre o regime florestal nos terrenos e matas de particulares;
- Decreto de 02-05-1930 - Perímetro Florestal da Serra da Nogueira;
- Decreto de 21-09-1940 – Perímetro Florestal de Monte Morais;
- Decreto de 27-11-1941 – Perímetro Florestal da Serra de Bornes;
- Decreto 41845 – Cursos de Água Tributários do Ribeiro da Vilarça;
- DL n.º 16/2009, de 14 de janeiro, substituído pelo DL n.º 11/2019, de 21 de janeiro – Aprova o RJ dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.
- DL n.º 96/2013, de 19 de julho alterado pelo DL n.º 12/2019, de 21 de janeiro;
- Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto – Regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção comunitários.

### **Casos específicos**

Perímetro Florestal da Serra da Nogueira | Perímetro Florestal de Monte Morais | Perímetro Florestal da Serra de Bornes | Cursos de Água Tributários do Ribeiro da Vilarça.

Identifica-se uma situação de sobreposição de 8 869,07 m<sup>2</sup> entre o regime florestal e a proposta de classificação do solo, no aglomerado de Morais. Esta sobreposição revela-se incompatível com o RJ aplicável, pelo que se propõe a exclusão da área em causa. A exclusão enquadra-se no tipo a) — correspondente a áreas de edificação consolidada e pequenos acertos — conforme tipologia prevista para efeitos de ajustamento da classificação do solo.



**Figura 15: Confronto entre o regime florestal e o solo urbano**

Fonte: Elaboração própria

#### **13.1.4. Recursos ecológicos**

##### *RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL*

##### **Enquadramento legal**

- DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado com o DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, e pelo DL n.º 124/2019, de 28 de agosto – Estabelece o RJ da REN;
- Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro – Define as situações de usos ou ações consideradas compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN;
- Portaria n.º 125/2015, de 6 de maio – Aprova a delimitação da REN de Macedo de Cavaleiros;
- Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro – Aprova as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas na REN a nível municipal;
- Aviso 16833/2019, de 22 de outubro – 1.º correção material da delimitação da REN do concelho.

##### **Casos específicos**

A REN que consta na PC – REN corresponde à transposição da REN em vigor para a nova cartografia.



## ÁREAS PROTEGIDAS

### **Enquadramento legal**

- DL n.º 19/93, de 23 de janeiro revogado pelo DL n.º 142/2008, de 24 de julho, que foi alterado pelo DL n.º 242/2015, de 15 de outubro – Estabelece o RJ da conservação da natureza e da biodiversidade;
- DR n.º 13/99, de 3 de agosto – Estabelece a criação da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (área protegida de âmbito regional);
- RCM n.º 55/2018, de 7 de maio – Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030.

### **Casos específicos**

Paisagem Protegida Regional da Albufeira do Azibo.

#### *REDE NATURA 2000*

### **Enquadramento legal**

- RCM n.º 142/97, de 28 de agosto – Aprova a Lista Nacional de Sítios;
- DL n.º 140/99, de 24 de abril na redação dada pelo DL n.º 49/2005, de 24 de fevereiro – Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens);
- RCM n.º 66/2001, de 6 de junho – Determina a elaboração do plano setorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 e constitui a respetiva comissão mista de coordenação;
- RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho – Aprova o Plano Setorial da Rede Natura 2000;
- DR n.º 1/2020, de 16 de março – Classifica como zonas especiais de conservação os sítios de importância comunitária do território nacional.

### **Casos específicos**

- ZPE: Serras de Montesinho e Nogueira (PTCON0002) e Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021) – Aprovadas pelo DL n.º 384-B/99, de 23 de setembro
- ZEC: Montesinho – Nogueira (PTCON0002); Romeu (PTCON0043); Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021) e Morais (PTCON0023) – Aprovadas pelo DR n.º 1/2020, de 16 de março.

*Recomenda-se a consulta do Relatório de Conformidade – documento de acompanhamento do PDMMC.*

### **13.2. Património cultural classificado**

#### *IMÓVEIS CLASSIFICADOS OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO*





## **Enquadramento legal**

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural;
- DL n.º 173/2006, de 24 de agosto - Define um regime transitório para os imóveis abrangidos pela zona de proteção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitetónico;
- DL n.º 140/2009, de 15 de junho – Estabelece o RJ dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre os bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse ou de interesse municipal;
- DL n.º 309/2009, de 23 de outubro – Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis, de interesse cultural, bem como o RJ das zonas de proteção e do Plano de Pormenor de Salvaguarda e o RJ dos estudos e projetos.

## **Casos específicos**

- Igreja de Santo Antão, Paroquial de Vilarinho de Agrochão (Imóvel de Interesse Público) – Decreto n.º 251/70, DG, I Série, n.º 129, de 3-06-1970;
- Pelourinho de Chacim (Imóvel de Interesse Público) – Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933;
- Pelourinho de Nozelos (Imóvel de Interesse Público) – Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933;
- Pelourinho de Pinhovelo (Imóvel de Interesse Público) – Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933;
- Pelourinho de Vale de Prados (Imóvel de Interesse Público) – Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933;
- Igreja de Nossa Senhora dos Reis, Matriz da Lamalonga, incluindo o Adro (Monumento de Interesse Público) – Portaria n.º 405/2013, DR, 2.ª série, n.º 117, de 20-06-2013;
- Terronha de Pinhovelo (Sítio de Interesse Público) – Portaria n.º 306/2013, DR, 2.ª série, n.º 99, de 23-05-2013;
- Igreja da Nossa Senhora da Purificação, Paroquial de Podence (Monumento de Interesse Público) – Portaria n.º 740-AD/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012;
- Solar das Arcas (Monumento de Interesse Público) – Portaria n.º 131/2021, DR, 2.ª série, n.º 59, de 25-03-2021.

### **13.3. Infraestruturas**

#### *BÁSICAS*

## **Enquadramento legal**

- DL n.º 34021, de 11 de outubro de 1944 – Declara de utilidade pública as pesquisas, os estudos e os trabalhos de abastecimento de água ou de saneamento dos aglomerados populacionais.



### **Casos específicos**

- Condutas do Subsistema de Abastecimento de Água de Azibo – Despacho 12680/2014;
- Condutas do Subsistema de Águas Residuais de Santa Combinha – Despacho 5001.SEAOT/2013;
- Subsistema de Águas Residuais de Morais – Despacho 18728.SEOT/2010;
- Subsistema de Águas Residuais de Carrapatas – Despacho 5829.SEOT/2010;
- Subsistema de Águas Residuais de Carrapatais – Despacho 4610.MAOT/2005.

### **Observações**

As servidões associadas à execução das infraestruturas referidas em cada Despacho não estão identificadas na PC – Geral por insuficiência de escala.

## ***REDE ELÉTRICA***

### **Enquadramento legal**

- DL n.º 26852, de 30 de julho de 1936, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo DL n.º 446/74, de 5 de junho, pelo DL n.º 517/80, de 31 de outubro, pelo DL n.º 272/92, de dezembro, pelo DL n.º 4/93, de 8 de janeiro, pelo DL n.º 101/2007, de 2 de abril, e pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho – Aprova o Regulamento de Licenças para Instalações de Redes Elétricas;
- DL n.º 46 847, de 27 de janeiro de 1966, com as alterações introduzidas pelo DR n.º 14/77, de 18 de fevereiro – Instalação de Novas Linhas Elétricas de Alta Tensão;
- DL n.º 43335, de 19 de novembro de 1960 – Determina a existência de servidões de passagem para instalações de redes elétricas;
- DL n.º 446/76, de 5 de junho – Altera o DL n.º 26852, de 30 de julho de 1936 e determina a existência de corredores de proteção para linhas de alta tensão;
- DR n.º 1/92, de 18 de fevereiro – Regulamento de Segurança das Linhas de Alta Tensão;
- DL n.º 29/2006, 15 de fevereiro, alterado pelo DL n.º 215-A/2012, de 8 de outubro – Estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Elétrico Nacional.

### **Casos específicos**

- Uma subestação transformadora que conecta com a rede de 60KW-220kW em direção a Mogadouro e a Valpaços;
- Um centro de produção de energia eólica por Bornes, capaz de produzir 60MW.
- Linha de transmissão elétrica Valpaços-Lagoaça (400 kW a 220 KW).

***REDE RODOVIÁRIA NACIONAL, ESTRADAS REGIONAIS E ESTRADAS NACIONAIS DESCLASSIFICADAS AINDA NÃO ENTREGUES AO MUNICÍPIO***



## **Enquadramento legal**

- DL n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo DL n.º 182/2003, de 16 de agosto – Define a Rede Rodoviária Nacional do continente (Plano Rodoviário Nacional);
- Lei n.º 34/2015, de 27 de abril – Novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

## **Casos específicos:**

- Rede Nacional Fundamental:
  - IP4/A4: AE Transmontana;
  - IP2: AE Transmontana e Douro Interior.
- Rede Complementar/ Estradas Nacionais:
  - EN15: antiga ligação entre Porto-Bragança antes da existência do IP4/A4;
  - EN102: antiga ligação entre Macedo de Cavaleiros – Celorico da Beira antes da existência do IP2;
  - EN102-1: variante de ligação entre a EN15 e o troço – mãe da EN102 a sul da cidade de Macedo de Cavaleiros;
  - ER206: ligação entre Vila Pouca de Aguiar – Bragança;
  - EN216: ligação entre Macedo de Cavaleiros – Mogadouro;
  - EN217: ligação entre Bragança – EN216;
  - EN316: ligação entre Macedo de Cavaleiros - Vinhais;
  - EN317: ligação entre Azibo (Macedo de Cavaleiros) - Carção (Vimioso);
  - ER206: ligação entre Carrazedo de Montenegro (Valpaços) – Torre Dona Chama (Mirandela);
  - ER315: ligação entre Rebordelo (Vinhais) – Mirandela – Alfândega da Fé.

## **Observações**

Os troços das estradas identificadas estão integrados no Plano Rodoviário Nacional ou, tendo sido desclassificados, ainda não foram integradas no domínio municipal, estando abrangidos pelo novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, constante da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril.

Estas vias encontram-se na gestão direta da Infraestruturas de Portugal ou da subconcessionária.



As servidões associadas às infraestruturas referidas não estão identificadas PC – Geral por insuficiência de escala, estando só marcada na PC – Geral a hierarquia atual definida no Plano Rodoviário Nacional.

### *ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS*

#### **Enquadramento legal**

- Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961 – Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais.

#### **Casos específicos**

Os troços das estradas e caminhos municipais não estão representados graficamente, tendo em conta o nível de constante atualização da servidão.

### *REDE FERROVIÁRIA*

#### **Enquadramento legal**

- DL n.º 276/2003, de 4 de novembro – Estabelece o domínio público ferroviário;
- DL n.º 77/2008, de 29 de abril, que altera o DL n.º 568/99, de 23 de dezembro – Aprova o regulamento das passagens de nível.

#### **Casos específicos**

Linha do Tua.

### *MARCOS GEODÉSICOS*

#### **Enquadramento legal**

- DL n.º 143/82, de 26 de abril – Estabelece zonas de proteção aos marcos geodésicos, aos marcos de triangulação cadastral, às marcas de nivelamento, ou outras referências.

#### **Casos específicos**

Os marcos geodésicos estão identificados na PC – Geral.

### **13.4. Atividades Perigosas**

### *ESTABELECIMENTOS COM PRODUTOS EXPLOSIVOS E SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS*

#### **Enquadramento legal**

- DL n.º 376/84, de 30 de novembro, alterado pelo DL n.º 474/88, de 22 de dezembro – Aprova o Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos de Fabrico e de



Armazenagem de Produtos Explosivos, o Regulamento sobre o Fabrico, Armazenagem, Comércio e Emprego de Produtos Explosivos e o Regulamento sobre Fiscalização de Produtos Explosivos;

- DL n.º 139/2002, de 17 de maio - Aprova o Regulamento de Segurança dos Estabelecimentos de Fabrico e de Armazenagem de Produtos Explosivos;
- DL n.º 150/2015, de 5 de agosto, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2012/18/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012 - Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente.

### **Casos específicos**

Paiol permanente e Sonorgás, S.A. (UAG de Macedo de Cavaleiros) com nível de perigosidade inferior.

### **13.5. Proteção contra Incêndios Rurais e Gestão do Fogo Rural**

#### *ÁREAS PRIORITÁRIAS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA*

#### **Enquadramento legal**

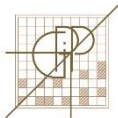
- DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, retificados pela Declaração de retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro - Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

### **Casos específicos**

SITUAÇÕES DE SOBREPOSIÇÃO ENTRE O SOLO URBANO, AGLOMERADOS RURAIS E ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA COM A PERIGOSIDADE ALTA E MUITO ALTA EM VIGOR

- Identificam-se 185 sobreposições e com uma área total de 41 000,91 m<sup>2</sup>;
- Dessas sobreposições, 141 têm uma área inferior a 100 m<sup>2</sup>, perfazendo um total de 2 258,59 m<sup>2</sup>;
- As demais, apesar de terem áreas muito diversas, 5 podem ser ainda consideradas como acertos, atendendo à sua forma e localização em infraestruturas rodoviárias, perfazendo um total de 1 838,64 m<sup>2</sup>;
- Outras são associadas às áreas agrícolas e incultas, perfazendo 22 casos com uma área de 22 444,89 m<sup>2</sup>;
- E, por fim, outras estão atualmente edificadas, sendo 3 casos e com uma área de 3 029,47 m<sup>2</sup>, havendo logradouros associados, tendo 14 casos e com 11 429,32 m<sup>2</sup>.

As sobreposições detetadas, conforme o art. 60.º do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, clarifica que as perigosidades alta e muito alta, atualmente integradas nas áreas prioritárias de prevenção e segurança, não se aplicam ao solo urbano e aglomerados rurais definido ao abrigo do DL n.º 80/2015, de 14 de maio.



## **RECOMENDA-SE A CONSULTA DA PC – ÁREAS PRIORITÁRIAS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA**

### *REDES DE DEFESA*

- REDE PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

#### **Enquadramento legal**

- DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, retificados pela Declaração de retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro – Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

#### **Casos específicos**

### **RECOMENDA-SE A CONSULTA DA PC – REDES DE DEFESA**

- REDE DE PONTOS DE ÁGUA E REDE NACIONAL DE POSTOS DE VIGIA

#### **Enquadramento legal**

- DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, retificados pela Declaração de retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro – Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

#### **Casos específicos**

### **RECOMENDA-SE A CONSULTA DA PC – REDES DE DEFESA**

Macedo de Cavaleiros, março de 2026.